

CF
JR



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 24/2025



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA VINTE E
OITO DE NOVEMBRO DO
ANO DE DOIS MIL E VINTE E
CINCO.**

----- No dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Dr. Rui Pedro Madeira Vicente, Dra. Marisa João Palma Ferreira Madeira, Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira e António José Gaspar Morgado. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----**

----- Bom dia a todos. Vamos dar início à segunda reunião do presente mês de novembro, esta por sinal gravada e projetada depois em diferido nas redes sociais do Município e também no seu site, uma prática que foi implementada pelo nosso Executivo em 2021/2025, tendo em vista a transparência e dar maior celeridade àquilo que é a comunicação com a nossa população. -----



----- Posto isto, e antes de passar ao período de antes da ordem do dia, questiono os Srs. Vereadores da Oposição se têm algum comentário a fazer antes do período de antes da ordem do dia? Força, Sra. Vereadora. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Eu era para perguntar se já fez as mudanças todas dos funcionários? Se ainda vai haver mais? Se foi por conveniência dos serviços? Se foi incompetência dos funcionários? Por competência dos funcionários? E era isso. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Mais alguma questão? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Relativamente às questões que foram efetuadas na última reunião, não sei se o Sr. Presidente teve oportunidade de ver alguma coisa. Estou a falar especificamente do Regimento e da situação dos produtores/criadores de gado do Município, se há efetivamente algum inscrito em Mogadouro? Se é possível. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Penso que estão as vossas questões e passarei já a dar resposta às mesmas. Mas antes de mais, deixem-me cumprimentar o público presente, os funcionários da Autarquia, os Srs. Chefes de Divisão e a Contabilidade, hoje aqui presente com o motivo de ser esta a reunião de debate do Orçamento e também os nossos funcionários que apoiam sempre quer as reuniões de Câmara e quer a Assembleia Municipal. -----

----- Posto isto, e porque nós prezamos os funcionários, por isso mesmo é que começamos por os cumprimentar. Dar nota sobre a sua intervenção, Sra. Vereadora, eu penso que não foi muito uma pergunta, foi mais uma intervenção pessoal sobre as mudanças dos funcionários, se era por



WL

competência, se era incompetência e ainda frisou mais alguns aspectos. Bem, se há algo que este Executivo não faz, nem nunca fez, foi tratar os funcionários por incompetência, nem tão pouco faz mudanças porque lhe apetece. Aliás, é curioso, ver alguém afirmar essa mesma afirmação nesta reunião sobre os funcionários, quando num passado longínquo, aliás, todos os funcionários, olhe, estão aqui dois que foram vítimas exatamente de perseguição na altura. Aí sim, quando os queriam colocar a fazer funções que não eram atribuídas aos mesmos, nem eram correspondentes àquilo que era o seu cargo. Recordo bem, aqui o Vice-Presidente, na altura, quando queriam que levasse as crianças a pé para as Piscinas Municipais, ao sol, ao calor. Recordo bem, o Tiago Espírito Santo, quando foi colocado nove horas à espera para que houvesse alguma informação, também no anterior mandato da Maria do Céu Quintas. Recordo bem, funcionários que foram colocados no Arquivo, sem nenhuma razão, nem tão pouco havendo no organograma nada que assim o especificasse. Recordo bem, funcionários que tiveram de se aposentar por perseguição e, porque mexeu com eles psicologicamente. Mas esses tempos, de facto, já lá vão. Agora é curioso a Sra. Vereadora fazer essa afirmação, porque todos os funcionários que foram alocados, estão todos a exercer a função que corresponde à sua categoria. E mais ainda, será sempre uma decisão do Executivo Autárquico saber aquilo que faz em relação ao trabalho dos funcionários e aquilo que será a melhoria dos serviços municipais.

Tivemos também o cuidado, que já fizemos no outro mandato e fizemos também neste, de falar com os funcionários, cara a cara, olhos nos olhos com eles, no Auditório Municipal, quer com os funcionários que são afetos ao quadro da Câmara Municipal e quer também com os seus prestadores de serviço, e dizer claramente as mudanças que iriam ser implementadas para melhoria do serviço e também da rotatividade que existe naquilo que à dinâmica do Município diz respeito. E, todos os funcionários são tratados com respeito, com educação e, acima de tudo, com o propósito de trabalhar em prol daquilo que é o mais importante, que é a nossa população. E sobre esse ponto estamos completamente esclarecidos e completamente tranquilos sobre as medidas que tomamos e aquilo que levamos por diante.

Hoje não existe, é o seguinte, hoje não existem funcionários que, por exemplo, têm direito a folgas e a receber dinheiro e outros não o têm. Hoje todos podem meter folgas quando entendem que devem meter folgas e podem meter para ajudas de custo quando devem meter ajudas de custo. E isso deixa-nos completamente tranquilos, porque temos pautado sempre



pela integridade no que aos funcionários diz respeito. E mais ainda, é curioso que nós terminámos o mandato de 2021 a 2025, e sabe quantos processos disciplinares é que nós colocámos aos funcionários da Autarquia? Como os Senhores apelidavam que perseguíamos, que fazímos e que acontecímos. Zero processos disciplinares, ao contrário dos mandatos anteriores, onde houve uma série de processos disciplinares. E, neste mandato, aquilo que pretendemos é exatamente a mesma tônica, respeitar, valorizar e estar sempre naquilo que é a persecução daquilo que é o objetivo principal, trabalhar em prol do Município de Freixo de Espada à Cinta. Sobre essa questão, estão esclarecidos os dados. -----

----- Passarei agora a dar esclarecimentos sobre as questões que me foram aqui colocadas pelo Vereador António Morgado, que tem a ver com o Regimento. Correto, Sr. Vereador? -----

----- Muito bem, o Sr. Vereador colocou na última reunião de Câmara, fez a afirmação que seria obrigatório o Regimento vir cá, na primeira reunião de Câmara do mandato. Foi isso que afirmou na última reunião de Câmara, e está até em ata. Aquilo que nós tivemos o cuidado de ver, foi já na altura afirmar, no que à CCDR diz respeito, que a CCDR emite pareceres, mas que não são vinculativos, e o que prevalece sempre é a Lei nacional. E tivemos também o cuidado de ir mais longe, de verificar como é que foi feito antes, nos mandatos anteriores, nomeadamente os mandatos do PSD local anteriormente, e vimos também o parecer da CCDR. E o parecer da CCDR, não sei se foi aí que se baseou, ou se foi na primeira reunião da Câmara de Torre de Moncorvo mas, diz o seguinte o parecer da CCDR, que está aqui, “Na primeira reunião de Câmara Municipal, devem ser apreciados e deliberados, para além das demais matérias e processos de âmbito decorrentes do normal funcionamento do Órgão, e que lhes sejam apresentados para essa reunião os seguintes assuntos”, e depois tem aqui uma letrinha pequenina que diz 9.1. E o que é que diz o 9.1, que são estas letras pequeninas? “Note-se que não se trata de uma imposição legal, mas sim daqueles assuntos que, pela sua natureza e especificidade, fazem sentido serem deliberados logo na primeira reunião do Órgão Executivo do Município”. Isto é o parecer da CCDR. Continuamos e fomos ver o que é que diz a Lei nacional, a Lei que está no Diário da República, a Lei 75/2013 e o art.º 39 diz precisamente o seguinte, “Competência de funcionamento. Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o Regimento”. Procurámos e não diz em mais nenhum momento que tenha de ser levado na primeira reunião de Câmara, isto é a Lei nacional que é aquela que prevalece sempre. E estão aqui as atas para depois consultarem,



AVR

se quiserem, e depois pedimos aqui aos serviços, porque são os mesmos serviços que eram anteriormente, como é que foi feito em todas as reuniões. E, olhe, em 2013, que foi quando tomou posse o PSD, na altura, a Presidente Maria do Céu Quintas, não foi à primeira reunião. Em 2017, também era a Presidente Maria do Céu Quintas, não foi à primeira reunião. Em 2021, já connosco no Executivo e, eu como Presidente, não foi à primeira reunião. Foi depois alterado, em julho de 2022, quando introduzimos as gravações por vídeo para serem transmitidas. E em 2025, não foi à primeira reunião. Mas há um denominador comum em tudo isto, é que a Jurista é exatamente a mesma Jurista quer no passado e quer agora e, mais ainda, os serviços também são exatamente os mesmos, nos quais nós temos a maior confiança. E aquilo que diz também a Lei é que, quando o Regimento está aprovado e que o Executivo tem continuidade, nós temos continuidade, que já vimos de anteriormente, está completamente aqui alocado aquilo que é o Regimento da reunião de Câmara. E, sabendo também nós, que não havia nenhum problema em trazer cá novamente o Regimento, se houver uma nova alteração àquilo que é o Regimento, se quisermos introduzir novas alterações, trazemos aqui e à partida ficaria aprovado, poderia constar com o vosso voto de abstenção ou de contra. Mas, de facto, nada diz na Lei que será necessário trazer à primeira reunião de Câmara.

Já tive oportunidade de esclarecer aqui com o parecer da CCDR, com a Lei nº 75/2013 e com aquilo que foi feito no passado, nesta mesma Autarquia, com a mesma Jurista, com os mesmos serviços e com a prática que era levada a cabo. Sobre isto também estão os esclarecimentos transmitidos.

Passar então agora ao último ponto, que penso que foi sobre os produtores de gado, sobre a proposta que veio cá.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.

Criadores de gado.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.

Criadores/produtores, que veio cá e que, curiosamente, foi também com o nosso Executivo que começámos a colocar essa medida, para apoiar



(Assinatura)
a agricultura e os nossos criadores/produtores de gado. Tivemos oportunidade de mencionar isso com aquilo que estava já em prática, tivemos já oportunidade de dizer, na última reunião, que os serviços da agricultura teriam já analisado tudo aquilo que era o necessário. Entretanto, aquilo que fizemos, pusemos já em persecução aquilo que era o normal funcionamento para apoiarmos já aqueles que estão, estão todos identificados e tivemos oportunidade aqui de referir, ainda não nos chegou outra informação que não fosse além dessa. Mas também referimos na última reunião, que caso fosse verificado, podem aparecer novos produtores, que serão introduzidos e pode ser sempre alterado em qualquer momento do ano civil ou do próximo ano. E para já é só sobre as questões que foram aqui elencadas.

----- Deixem-me só dar uma nota, ainda bem que hoje estamos numa reunião de Câmara que é gravada, coisa que no passado não era, porque metiam as propostas na gaveta. Ainda bem que hoje o Executivo Autárquico dá respostas à Oposição e que esclarece tudo aquilo que é questionado e não ficam com perguntas de, “é o que está aí”, “não tenho nada a dizer e seguimos”, porque, de facto, a democracia é isso mesmo. Podemos ter pontos distintos, mas estamos cá para falar com educação, com respeito e, acima de tudo, para esclarecer dentro daquilo que há para esclarecer e sempre com tranquilidade.

----- Não sei se querem tecer algum comentário? Força, tem a palavra.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.

----- Sim. Podemos continuar com o discurso do passado, tudo bem, é uma forma de se defender, muito bem. Relembro-lhe que no mesmo documento onde viu esse ponto 91, também há um ponto 92, peço desculpa.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.

----- Está desculpado.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.



----- Ponto 93, que diz o seguinte, “Contrariamente com o que sucede nos casos da Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal”, e estamos a falar da Lei n.º 169/99, o anexo à Lei n.º 75/2013, “Não estipula que enquanto for aprovado um novo Regimento da Câmara Municipal se mantenha em vigor o anterior”. Volto a repetir, a Lei 75/2013 que o Sr. Presidente referiu, “Não estipula que enquanto for aprovado um novo Regimento da Câmara Municipal se mantém em vigor o anterior”, ou seja, “Neste momento o anterior não está em vigor”, é aquilo que diz aqui. Não fui eu que inventei, está aqui escrito, nesse mesmo ponto, nessa mesma situação, “Isto significa que se torna necessário que o Órgão Executivo do Município elabore e aprove um novo Regimento na sua primeira reunião após a Instalação do Órgão, na sequência do ato eleitoral autárquico. Aquelas normas específicas sobre a manutenção do Regimento dos Órgãos deliberativos de Freguesia e do Município derivam da necessidade de regularizar o funcionamento do Órgão na sua primeira reunião, a qual tem como exclusiva finalidade a eleição da mesa de cada um desses Órgãos Autárquicos”, esta última parte já não tem nada a ver. Julgo que também fica esclarecido relativamente a este, aquilo que é o papel da CCDR, que vale o que vale, isso você valoriza como deve valorizar e eu valorizo como devo valorizar, pronto. Gostava que não fosse tocada aqui a Câmara de Torre de Moncorvo, se fosse possível, quando estabelece comparações, porque eu em Moncorvo sou funcionário, sou colaborador, aqui não, aqui tenho um cargo político. E posto isto, gostaria de fazer uma intervenção inicial, se assim me o permitisse. Não sei se quer responder a isto primeiro, e depois faço a minha intervenção. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Sr. Vereador, quem gera a reunião ainda sou eu, por isso mesmo farei aquilo que achar que deve ser, falará a seguir de eu falar, eu mantive-me calado, ouça. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Por isso disse-lhe, se me o permitisse. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Ouça e escusa de falar alto. Ouça bem o que eu lhe vou dizer, aqui quem gera a reunião sou eu, o Sr. Vereador terminou a sua intervenção, sou eu agora que estou a falar, quando eu acabar de falar. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Voltamos ao passado, é isso. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Quando eu acabar de falar, o Sr. Vereador falará, com toda a calma. Aqui ninguém interrompe ninguém, temos é que, e quem gera a reunião sou eu, enquanto Presidente, que fui eleito totalmente com o Executivo, em 12 de outubro, com a maior vitória de sempre da história da democracia de Freixo e, por isso mesmo tenho legitimidade para continuar. E pode sorrir, porque o último a rir é o que ri melhor, isso sempre foi assim. -----

----- Sobre as suas questões, porque tecer aí comentários, como é óbvio, o Executivo poderia simplesmente ignorar e passar à frente, mas não fazemos isso, nem ficamos calados e consentimos, não, bem pelo contrário. Aquilo que fazemos é, de facto, explicar novamente. O que prevalece na Lei, é a Lei 75/2013 e torno aqui a referir, muito calmamente e sem nenhum tipo de nervosismo, art.º 39, “Competência de funcionamento. Compete a Câmara Municipal elaborar e aprovar o Regimento”, em nenhum momento mais diz o contrário. E sobre a CCDR, torno aqui a referir o ponto 91, aquelas letrinhas pequeninas onde diz, “Note-se que não se trata de uma imposição legal”, e sobre isto ficamos esclarecidos. -----

----- Sobre a questão do passado, ou de voltar ao passado, o Senhor lá sabe a que passado é que volta. Agora, há algo que eu sei, é que em relação a Torre de Moncorvo, falaremos sempre de Torre de Moncorvo, de Mogadouro, de Carrazeda de Anciães, de qualquer Município, e o Senhor é que falou de ser funcionário lá, não fui eu. De qualquer Município que façam parte aqui do nosso quotidiano e onde seguimos as boas práticas, os bons exemplos e onde todos os Municípios têm a sua forma de reger e de saber como é que orientam as suas persecuções políticas. Aliás, e mais



[Signature]

adiante, falaremos também sobre outros Municípios, que isso é o normal, que é para que não haja nenhum tipo de constrangimento, que é para ficarmos já esclarecidos.

Agora, tem a palavra para fazer a sua intervenção.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.

Sr. Presidente, aqui não há ninguém constrangido. Aquilo que você, às vezes, diz e põe aí é que, de certa forma, estamos aqui a tentar ostracizar alguma coisa ou a tentar impor alguma coisa. Não, não estamos. É a Lei, há a 75/2013, mas há outra Lei que ainda está em vigor, e essa Lei diz, claramente, que “na primeira reunião é obrigatório levar”, está escrito, não fui eu. Quer que leia?

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.

A sua intervenção é sobre o mesmo ponto?

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.

Quer que leia?

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.

A sua intervenção é sobre o mesmo ponto?

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.

Eu fiz-lhe uma pergunta, quer que leia o artigo?

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.



----- Mas, Sr. Vereador vamos lá ver uma coisa. Você faz a sua intervenção e termina a sua intervenção e depois eu falarei. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- E eu respondo-lhe aquilo que entender também, da mesma forma que você me responderá. Você voltou-me a falar no ponto 91, eu falo-lhe novamente no ponto 93 e, tenho aqui a Lei n.º 169/99 que diz precisamente isso e está em vigor. Entende? Vou fazer então a minha intervenção, se assim me o permitir? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Força, Sr. Vereador. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Posso? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não, deixe fazer ali a intervenção ao Sr. Vereador e depois já terá a palavra a Sra. Vereadora. Força Sr. Vereador. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sr. Presidente do Município, Srs. Vereadores, caros colaboradores do Município e caros munícipes. Nesta que é a última reunião de novembro, aberta ao público e gravada, quero aproveitar este momento para lembrar uma data fundamental da nossa democracia, o 25 de Novembro de 1975. Foi um marco decisivo da história recente de Portugal. Representou o fim da fase mais instável do processo revolucionário em curso e abriu caminho ao regime democrático plural que hoje temos baseado na liberdade, no Estado de Direito e na liberdade de escolha dos cidadãos. O 25 de



Novembro recorda-nos que as instituições importam, que a responsabilidade democrática importa e que mesmo em tempos de tensão política, o diálogo é essencial. Foi nesse dia que reafirmámos que a democracia se constrói com equilíbrio, com respeito pelas diferenças e com compromisso com o interesse nacional. Este momento histórico evitou que Portugal seguisse uma via revolucionária de partido único, modelo adotado por países com regimes socialistas revolucionários, e permitiu-nos avançar para a Constituição de 1976, para eleições livres e para instituições democráticas duradouras. Foi graças a essa conquista que hoje podemos fazer escolhas político-partidárias em liberdade, sem receio e sem perseguições, nem na rua, nem no trabalho, nem em qualquer outra instituição pública ou privada. Mas deixo aqui um alerta, ultimamente, temos vivido momentos em que as nossas liberdades e escolhas têm sido postas em causa, seja enquanto trabalhadores de uma instituição ou como cidadãos. Por isso, permitam-me dizer que a melhor forma de honrarmos o 25 de Novembro de 1975 é reforçar a participação cívica, a transparência e a construção de comunidades mais coesas, mais livres e mais responsáveis. Queria também recordar que foi graças a esse momento da nossa história que, no passado dia 12 de outubro, pudemos ter eleições livres, e digo livres pelo menos teoricamente, permitindo que os cidadãos do Concelho fizessem as suas escolhas. E permitam-me revelar uma convicção pessoal, em eleições não há vencedores nem vencidos, ninguém ganha e ninguém perde. O que acontece é simples, elegem-se pessoas. Os vencedores, a haver, são e serão sempre o povo e a democracia, porque puderam escolher em liberdade. Quanto a mim, quero deixar muito claro que serei Vereador de todos os cidadãos do Concelho, não apenas de 755 que votaram na força política que representei. E, ao contrário de outros, tudo farei para que a voz de todos chegue a esta Câmara e para que todas as dúvidas e questões sejam respondidas. Quero também dizer que não estou aqui para fazer Oposição ao Executivo por oposição. Estou não para fazer Oposição, mas sim para marcar posição e defender três princípios, legalidade, verdade e transparência. Infelizmente, começámos este ciclo autárquico da pior forma possível. No que diz respeito à legalidade, logo na tomada de posse, constatámos que a Lei da Paridade não foi cumprida na eleição da Mesa da Assembleia, Mesa essa proposta pelo Partido Socialista. Depois, em sede da reunião de Câmara, alertámos para a necessidade de aprovar um novo Regimento da Câmara Municipal, algo que a Lei exige que seja feito na primeira reunião e que não se concretizou, a tal Lei 169/99. O Sr. Presidente desvalorizou e desvaloriza o tema, demonstrando claramente



uma falta de respeito pelos Vereadores eleitos e pela Lei. Estamos na terceira reunião e nada foi apresentado. Fala-se muito do Direito da Oposição, mas mais importante do que falar do Direito da Oposição, é praticar o Direito da Oposição. Quero também abordar a situação dos Chefes de Divisão, todos estão em regime de substituição, alguns há mais de dois anos. A Lei é clara, “Se em 90 dias não for aberto concurso, a substituição tem de cessar”. O que está a acontecer é ilegal e representa uma violação das normas sobre a assunção e pagamento de despesas públicas. Sr. Presidente, agora que tem quatro anos de mandato pela frente e não vai a votos, ponha esta situação em ordem, dê estabilidade e legalidade aos Chefes de Divisão. Falando agora da verdade, o Sr. Presidente, no seu discurso de tomada de posse, afirmou que ficou a 17 votos de eleger o quarto Vereador. Ora, ou desconhece o método de Hondt, ou decidiu não dizer a verdade. Na realidade, seriam precisos mais 71 votos no Partido Socialista, o que corresponde a cerca de 3% do total de votantes, para que essa eleição pudesse ocorrer, e posso sempre mostrar as contas utilizando a mesma calculadora que me acompanhou desde o Secundário e que me ajudou a terminar duas Licenciaturas e uma Pós-graduação. Também não posso deixar de referir a publicação efetuada nas redes sociais do Município sobre as cinco motorroçadoras atribuídas pelo Ministério da Agricultura e Pesca à equipa de Sapadores Florestais do Município. Foi dito que resultaram de negociações entre o Executivo e o ICNF, mais uma vez tal afirmação não corresponde à verdade, as máquinas foram atribuídas a todas as equipas que têm protocolo com o ICNF, sem exceções e sem negociações. Todas as equipas com protocolo com o ICNF. Permitam-me afirmar que a transparência, peço desculpa, permitam-me afirmar que a transparência é transparência e não pode ser facultativa nem apregoada, deve ser praticada. Sobre transparência, queria que o Sr. Presidente explicasse quem são os proprietários das estruturas que há bem pouco tempo tinham cartazes da sua campanha autárquica e que agora exibem telas do Município. As estruturas são do Partido Socialista e estão cedidas ao Município? Ou são do Município e foram cedidas à sua campanha? Os cidadãos merecem saber. E, para terminar, deixo formalmente o pedido de acesso ao processo judicial que envolveu o na altura Vereador Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e o Município cujo teor está relacionado com o direito ao recebimento de ajudas de custo pelas suas deslocações entre Lisboa e Freixo de Espada à Cinta. É um assunto que continua a levantar dúvidas e merece total clareza. Terminei assim a minha intervenção. -----

**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----**

----- Muito bem. Terminou, tem o direito a fazer e tem direito também a ser respondida. Porque sobre o 25 de Novembro, a sua intervenção, muito pouco ou nada teve, mas passamos então aos factos. Sempre foi celebrado na Câmara Municipal o 25 de Abril, e recordo bem que o anterior Executivo praticamente não dava valor ao 25 de Abril. Aliás, as cerimónias não eram como são feitas agora, com o rigor e a liberdade que a mesma exige, e também é curioso que eu nunca vi o 25 de Novembro sequer mencionado, nem celebrado em qualquer ano civil dos anteriores mandatos, de todos, de todos. Mas, quer o 25 de Abril, quer o 25 de Novembro, são duas marcas históricas de Portugal e que respeitamos com toda a tranquilidade. Depois, há algo aqui que diz que o 25 de Abril permitiu e, de facto, permitiu aos Vereadores da Oposição hoje. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- 25 de Novembro. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- O 25 de Abril permitiu, e eu sei o que estou a dizer, permitiu hoje estarmos a viver em democracia e permitiu que hoje possamos falar abertamente aqui nos Paços do Concelho. E quando se refere ao 25 de Novembro, fala sobre, elenca basicamente aquilo que o 25 de Abril fez. Quando falo dos Vereadores da Oposição, de facto, que os Vereadores da Oposição hoje, aquilo que acontece à terceira reunião deste mandato, é que o Executivo Autárquico e o seu Presidente não vota pelos Vereadores da Oposição, como aconteceu no passado, quando a Presidente da Câmara, Maria do Céu Quintas, votou por três Vereadores, Nuno Ferreira, Rui Portela e Antónia Coxito, num marco que tinha a ver com a Proteção Civil, sobre a remuneração da Proteção Civil e sobre a questão do Coordenador da Proteção Civil, basta consultar as atas. Mais ainda, também recordo que no passado, nem o Direito de Oposição estava presente no site do Município. Hoje o Direito de Oposição está lá plasmado e foi connosco que



(Assinatura)

ficou plasmado. Mais ainda, as propostas que hoje vêm aqui são todas acolhidas e são respondidas, como as questões que são levantadas pelos Srs. Vereadores da Oposição, ao contrário do passado, que nada era dito nem nada era feito e, de facto, aí esqueceu-se do 25 de Novembro e do 25 de Abril, esqueceu-se disso tudo. Sobre reforçar a transparência, nós reforçamos a transparência na totalidade, olhe, desde logo com a colocação das gravações online, quer aquelas que são em atas transcritas, na sua totalidade, na íntegra, sem apagar as mesmas, ao contrário do que foi feito no passado, onde se apagaram gravações na totalidade antes de sair do Executivo Autárquico, apagaram-se gravações imensas. Onde as atas são colocadas na íntegra e não só apenas as deliberações das atas, onde foram quase omitidas e sonegadas mais de 600 páginas ao longo dos anteriores mandatos, hoje esses tempos já lá vão e está reposta a verdade. E é assim que nós trabalhamos a transparência, e estamos a trabalhar a transparência a dar resposta a tudo aquilo que nos é solicitado dentro da legalidade e não, quem não deve não teme. Por isso mesmo é que as eleições de 12 de outubro não foram livres teoricamente, foram mesmo livres e cada um votou onde quis votar. E cada um teceu as considerações que achava que devia tecer ao longo da sua campanha autárquica, algumas de baixo nível mesmo, tecendo até a roçar o ridículo e pondo famílias em causa. Mas cá estamos e o povo foi soberano, que é quem mais ordena, e por isso mesmo é que expressou a vitória expressiva que houve, por muito que custe, nas eleições de 12 de outubro e que foi com 62,3% quase da votação. E se bem sabe, e estou certo que sabe, foi a maior vitória de sempre de um primeiro para um segundo mandato. Tal como já no primeiro mandato, quando nós estivemos presentes, também o povo nos deu essa confiança, sendo a maior vitória de sempre também aí, e aí quase com 64%. E aquilo que temos vindo sempre a trabalhar ao longo dos anos é com esta serenidade, com este dinamismo, com este desenvolvimento, com este afínco de levar por diante aquilo que é o pressuposto principal, trabalhar em prol da população, e nem sequer tecer comentários sobre intrigas, mexericos, nem tão pouco mal decência como é prática e apanágio do PSD local.

----- Ao contrário de outros, o Sr. Vereador afirmou, ao contrário de outros, está aqui para dar voz a quem votou em si e mesmo quem não tenha votado em si, na sua lista e acho que faz muito bem. Ao contrário de quem foi o cabeça de lista, que nem sequer assumiu e desrespeitou quem tinha votado no mesmo, mas também é prática comum, que já no anterior mandato, também quem concorreu contra nós, também não assumiu, mas acho que faz muito bem sobre isso.



----- Sobre a legalidade da Lei da Paridade, da Mesa da Assembleia, a mesma, está já prevista ir, mas será a Presidente da Assembleia a falar sobre isso, está já prevista ir na próxima reunião para ser reposta a eleição. E olhe, aqui até é, em vez de ser três homens, eram três mulheres, para ver que, de facto, trabalhamos sempre com igualdade de género e, acima de tudo, para levar por dentro aquilo que é o pressuposto de valorização. Mas, na Assembleia Municipal, estou certo que já estará em agenda, e está, para isso ser votado. E confiamos plenamente na nossa Presidente da Assembleia, que é a primeira vez na história da democracia de Freixo de Espada à Cinta que é eleita uma Presidente do sexo feminino. Além da competência, do dinamismo e do brio que temos na mesma, sabemos que saberá conduzir os destinos da Assembleia, como sempre foram conduzidos, olhe, pelo saudoso Dr. Nunes dos Reis, pelo Dr. Miguel Gata e também pela Ana Isabel Vargas, mas saberá fazer como deve ser. -----

----- Sobre o Regimento e a falta de respeito pelos Vereadores, eu não sei se está a falar dos tempos passados, onde se marcavam faltas aos Vereadores, só porque sim, onde não se dava a palavra aos Vereadores, onde se sonegava a informação dos Vereadores e, aí sim, é que era falta de respeito pelos Vereadores. Aquilo que nós temos feito, independentemente, do Senhor falar mais baixo ou mais alto, ou até de tecer os comentários que tece, nós respeitamos e deixamos falar até ao fim da sua intervenção e não me vê interrompe-lo, nem nunca verá isso, poderá haver um momento ou outro que ambos, e isso faz parte do debate, falaremos, mas há um respeito total. Sobre o Regimento, confio e torno aqui a afirmar, confio plenamente nos serviços do Município, que fizeram exatamente como sempre fizeram até aqui, quer os serviços de apoio e quer também, a Jurista e quer a Chefe de Divisão em exercício e também os outros Chefes de Divisão. Por sinal, antes era uma Chefe de Divisão e agora também é uma Chefe de Divisão, confiamos plenamente nelas. -----

----- Sobre os Chefes de Divisão em situação de ilegalidade. Sr. Vereador, eu quero acreditar que saberá que ninguém aqui está a cometer uma ilegalidade com os Chefes de Divisão, bem pelo contrário, e temos total confiança no Eng. Paulo Calvão, na Dra. Andreia Bento e na Dra. Aldina Massa, que recentemente também foi nomeada Chefe de Divisão. E os concursos estão a decorrer, irão decorrer agora, estão já com os júris todos mencionados, já vieram às Assembleias Municipais anteriores os mesmos e, virão sempre que houver necessidade e o concurso lá há-de decorrer com naturalidade. Por isso, não vemos aqui nenhuma situação de ilegalidade que esteja a ser cometida, bem pelo contrário. -----



----- Sobre a eleição do quarto Vereador, cá estamos para trabalhar para obtermos o mesmo neste novo mandato, continuamos a trabalhar com mais afinco. Já no primeiro mandato ficámos a escassos votos do mesmo, neste aqui exatamente a escassos votos do mesmo, neste caso a 17 votos, o Senhor afirma que foram 70, fosse 17 ou fosse 70 há algo que é fundamental, é que, de facto, o povo e a população deu-nos um voto de confiança tremendo. E quem vinha em número quarto connosco, continua a trabalhar connosco com a mesma dedicação, fazendo um trabalho extraordinário no que há comunidade diz respeito, a Enf.^a Fabiana, nomeadamente aquilo que foi implementado por este Executivo no que aos Cuidados Paliativos diz respeito, que é hoje uma nova valência em persecução com a ULS Nordeste e continuaremos sempre a trabalhar com essa dedicação, porque para nós as eleições de 12 de outubro já ficaram lá atrás, estamos a trabalhar já neste quadriénio 2025-2029. -----

----- Sobre as cinco motorroçadoras, tal afirmação não corresponde à verdade. Sr. Vereador, sempre que nós falamos aqui, falamos com a verdade e, é pena não estar aqui o Eng. Amadeu Rodrigues, no qual temos a maior confiança e que na próxima reunião poderá estar, até para explicar ao Sr. Vereador aquilo que foi feito, porque isto não é inquisição, mas temos todo o gosto de explicar. Tivemos nós de incitar negociações com o ICNF e referir que Freixo de Espada à Cinta ainda não estava contemplado para receber as cinco motorroçadoras, isto é a seguir mais à frente na nossa atividade, que ainda temos de falar sobre a nossa atividade, apesar do Regimento ter um período para ser debatido e que possivelmente até o iremos, deixe-me só ver. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Falta bastante. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Tenha calma, poderemos até esgotá-lo e não há problema nenhum, porque não é como era no passado que terminava o tempo e seguíamos, ninguém falava mais. Não há problema nenhum, estamos aqui para esclarecer e é assim que faremos sempre. -----



----- Sobre as motorroçadoras aquilo que tivemos de fazer foi enviar um email para o ICNF, fazer uma exposição, um ofício para que as mesmas fossem também atribuídas a Freixo de Espada à Cinta e aquilo que foi, foi atribuído e tiveram de ir os nossos Sapadores a Macedo de Cavaleiros, receber as motorroçadoras. Como? Haverá mais equipamento, que também a seguir falaremos sobre o mesmo, mas é para ficar tudo clarificado. Aliás, faz lembrar uma situação que aconteceu também aqui em Freixo de Espada à Cinta, onde supostamente também era para todos e faziam para todos, mas não fizeram. Olhe, recordo-me de um carro dos Bombeiros Voluntários, onde foram dados a todos, quase todos os Concelhos do distrito de Bragança, correto Sr. Victor? E que só Freixo de Espada à Cinta não foi contemplado. Aqui íamos pelo mesmo caminho, e não fomos porque tivemos o discernimento e funcionários capazes de verificar a situação e levar por diante aquilo que era a justiça para a nossa equipa de Sapadores, que independentemente do Governo atribuir ou não atribuir, todos os anos nós temos reforçado o equipamento aos nossos Sapadores, sempre com material pessoal. -----

----- Sobre quem são os proprietários das estruturas onde estão colocados os outdoors do Município? Pois bem, Sr. Vereador, eu dar-lhe-ei resposta. Ao contrário do passado, onde foram colocadas estruturas do Partido Socialista e que ficaram cativas na Câmara Municipal pela anterior Presidente Maria do Céu Quintas e que não as devolveu ao Partido Socialista. Estas estruturas que estão colocados os outdoors e, é apenas em duas, são propriedade do Partido Socialista e que o Partido Socialista não se importa nada de ceder, que o Município use e abuse, no bom sentido da palavra, de colocar lá os seus outdoors, porque entendemos que é um benefício para promover ainda mais aquilo que é a informação do Município. Por isso fica já esclarecido, duas estruturas, que são as da saída, que são propriedade do Partido Socialista e que estão lá para serem usadas, sempre que entender o Município, para colocar lá esses mesmos outdoors, porque aqui nada se esconde, bem pelo contrário, com total transparência. -

----- Sobre o processo que entrega, penso que é sobre o meu processo. Sr. Vereador, quem não deve não teme, foi, é de lamentar, é que no passado se tenha perseguido um Vereador da Oposição e se fizesse queixa, e que depois o Tribunal veio dar razão, para que o mesmo não tivesse direito às ajudas, pode fazer essa cara porque se calhar não estava dentro do processo, a dar razão, sim, a dar razão. Que fizeram uma queixa para o Ministério Público, fica já a saber e fica informado, se tivesse lido as atas todas, saberia disso, do anterior mandato. Onde a Presidente Maria do Céu



Quintas tinha feito uma queixa contra o Vereador Nuno Ferreira para que o mesmo fosse exonerado do cargo de Adjunto, que saísse da Câmara Municipal e que repusesse todas as verbas, e que foi indeferido esse mesmo pedido. Percebe? E tenho as provas todas comigo. Sobre o processo de ajudas de custo, quem decidiu não foi o Presidente atual, quem decidiu foi o Executivo que votou e quem decidiu a última palavra foi o Tribunal Administrativo de Mirandela, foi quem teve a última palavra para dar. Por isso, esteja tranquilo que a mim só é o que é meu, nada mais do que isso. E nem sequer, e nem sequer, requeri juros sobre aquilo a que tinha direito, porque quem não deve, não teme. Mas é curioso este requerimento e sobre isto estamos esclarecidos. Agora, há algo que, é dar entrada aqui Sr. Victor, de ficar a data como se recebeu e pode dar uma cópia com o carimbo depois no final para o Sr. Vereador, que é assim que se procede, está bem? Que é para ficarmos todos elucidados. Por isso, sobre, eu ainda estou a falar, agradeço que depois teça os seus comentários no final, é assim que faremos. Sobre o requerimento, o mesmo foi acolhido e não ficará na gaveta como ficaram quase dez propostas do Partido Socialista ao longo dos quatro anos de governação onde eu fui Vereador da Oposição com a anterior Autarca Maria do Céu Quintas. E sobre as suas intervenções, estão concluídas.

Passaremos nós agora, o Executivo Municipal, à sua intervenção no período de antes da ordem do dia, para darmos também nós informação aos nossos munícipes da atividade municipal que vamos realizando.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.

Não posso falar mais?

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.

Nem eu?

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.

Eu disse o seguinte, nós vamos fazer a nossa intervenção sobre aquilo que fizemos e a seguir veremos se têm ou não têm a palavra para



falar, mas certamente terão a palavra para falar. Mas já agora, que é para depois não surgir nenhuma publicação no PSD a dizer que não os deixaram falar. Quem é que quer falar? É a Sra. Vereadora? Força Sra. Vereadora, diga.

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- O Presidente continua a falar do passado, passado, passado, não sei se está aqui a Maria do Céu para falar tanto no mandato dela, mas já que fala tanto também na transparência, podemos pelo menos ter conhecimento do Regimento?

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Já terminou?

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- É que nós não temos conhecimento do Regimento. E em relação aos Chefes de Divisão, aqui ninguém falou mal dos Chefes de Divisão. Agora, a Lei n.º 02/2004, de 15 de janeiro, no Estatuto do Pessoal Dirigente diz, “O regime de substituição cessa nas seguintes condições: regresso do titular do cargo, que não foi o caso; nomeação de novo titular para o cargo na sequência de procedimento concursal, também não; automaticamente, após 90 dias de vacatura do lugar, exceto, se estiver em curso um procedimento concursal para o respetivo provimento. Esta disposição visa garantir que as situações de substituição, que são por natureza excepcionais e transitórias, não se prolonguem definitivamente, promovendo a abertura de procedimentos concursais para o provimento efetivo dos cargos dirigentes”.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem, já terminou a sua intervenção, não já? Sobre as considerações que teceu sobre o Presidente da Câmara atual, falar ou não sobre os anteriores mandatos, falará sempre que for necessário, sem



W M
prejuízo disso. Aliás, como os Senhores falam, dos anteriores mandatos, sempre que assim o entendem e até o fazem com bastante frequência. -----

----- Sobre a questão do Regimento, eu peço aos serviços que fotocopiem um Regimento e atribuam a cada um dos Vereadores, ou no final, ou façam-no chegar antes da próxima reunião. Não é necessário agora, no final e enviem também por email, porque o Regimento é público, não há problema nenhum de terem o Regimento. -----

----- Sobre os chefes de divisão, já tecí os comentários que tinha a tecer e temos total confiança nos mesmos e no processo que está em executar. -----

----- Muito bem, o Sr. Vereador quer falar? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Eu só, vou ser muito breve, já foi dito muita coisa. O Sr. Presidente misturou o 25 de Abril com o 25 de Novembro, são coisas muito próximas, sem dúvida, são coisas muito próximas e por isso poderemos até misturar os temas alusivos a um, a uma data e a outra. Até o dia foi o mesmo, só difere o mês e o ano. Mas, efetivamente, o 25 de Novembro transformou, ou melhor, deu a robustez que o 25 de Abril necessitava e quando eu falo aqui no 25 de Novembro, não estou a falar do 25 de Abril. Estou a falar, efetivamente, do 25 de Novembro e daquilo que passou no 25 de Novembro. O resto, o tempo dirá, dirá quem tem razão, se é o Sr. Presidente, se seremos nós. Relativamente à questão do ICNF, se calhar vou ter de ligar ao Sr. Ministro da Agricultura e Pesca, ou então ao Secretário de Estado da Floresta a perguntar, a questioná-los porque é que mentiram na situação, porque foram eles que me disseram abertamente e claramente de que não houve exceções, nem houve negociações. As motorroçadoras foram atribuídas a todas as equipas de Sapadores que têm protocolo com o ICNF, que eu saiba, a equipa de Freixo, que neste momento, tem quatro colaboradores, se não estou em erro, formalizados nesse protocolo, recebeu as cinco motorroçadoras na mesma. Da mesma forma que a Câmara Municipal de Freixo ou a equipa de Sapadores de Freixo vai receber um trator com destroçador em jeito de comodato, num regime de comodato. A CIM Douro vai receber penso que é um bulldozer, ou seja, uma máquina de rastos para combate a incêndios e também vai ser aberto, muito brevemente, um processo de candidaturas para a constituição de novas equipas de Sapadores Florestais. Em que, muito provavelmente, os Municípios vão ficar de fora, ou seja, não vão ser beneficiários, será



para as Associações de Agricultores, será para outras entidades, mas os Municípios não, pronto. É isto que estimo dizer, vou averiguar juntamente com as pessoas que falei, quem é que tem razão, se será o Sr. Presidente, se serão eles. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem, Sr. Vereador. Como eu, quando falo, falo e falo com a certeza, dar-lhe aqui duas notas. Primeiro, eu não misturei o 25 de Abril com o 25 de Novembro e isso pode estar ciente, bem pelo contrário, ambos, aquilo que eu referi é sobre a questão da liberdade, da democracia e, sobretudo, de dar voz a quem não tinha voz. E foi aquilo que eu falei na minha intervenção, se você gosta mais do 25 de Novembro ou não gosta mais do 25 de Abril, isso é consigo, nada a tecer nenhum comentário sobre isso. E sobre aquilo que eu falo, não torne a colocar palavras na minha boca sobre coisas que eu não faço, isso é que não admito mesmo. A sua intervenção fá-la, eu faço a minha intervenção e sempre com o máximo rigor. E quando falo do 25 de Abril e do 25 de Novembro falo exatamente na questão da liberdade, do Direito de Oposição, da democracia e daquilo que são os valores implementados aqui nesta Câmara Municipal. -----

----- Sobre, se falou com o Ministro da Agricultura, não sei se foi quando veio cá em campanha autárquica, ou o Secretário de Estado. Nós estivemos precisamente com a Ministra do Ambiente e também com o Secretário de Estado do Ambiente, quando vieram aqui ver o terreno sobre as questões dos fogos de 15 de agosto. Mas sobre o Ministro da Agricultura, eu peço aos serviços que contactem o Eng. Amadeu e que imprima o email que foi enviado para requerer as motorroçadoras para o Município. Aliás, que fique aqui em ata esse pedido, que é para dar conhecimento aos Srs. Vereadores do teor do email que foi enviado a requerer as motorroçadoras, uma vez que Freixo de Espada à Cinta não estava contemplado. Anote aí Rita e depois fala-se no final com o Eng. Amadeu e manda-se a cópia do email para os Srs. Vereadores terem a noção daquilo que foi feito. Porque quem não deve não teme, estamos aqui para esclarecer e eu confio plenamente naquilo que são os serviços municipais. E sobre isto estamos falados. -----

----- Sobre a intervenção do Município, agora sim, passamos à nossa intervenção, porque sempre o fizemos e vamos continuar a fazer, porque é nosso apanágio. -----



----- Muito bem, estivemos presentes nos diferentes “Magustos” realizados no Concelho, na Nossa Senhora dos Remédios em Freixo, em Mazouco e em Ligares, chegámos até antes da hora, mas tivemos oportunidade de desejar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que encarecidamente nos convidou, Paulo Pereira, para desejar um bom magusto e, de facto, chegámos com meia hora de antecedência. Mas estivemos presentes nos três locais. -----

----- Dar nota também que estivemos presentes na tomada de posse da Associação de Municípios do Douro Superior, constituída por oito Municípios, onde houve a eleição dos órgãos sociais para o quadriénio de 2025-2029, onde fui eleito para o Conselho Diretivo a par da Câmara de Torre de Moncorvo e da Câmara Municipal de Mogadouro, nomeadamente do Sr. Presidente Sá Meneses, que fica a presidir este Conselho Diretivo, e ficarei eu e o meu colega de Mogadouro, António Pimentel, a coadjuvar o mesmo como vogais. -----

----- Dar nota que tivemos reuniões já, do mandato, com os Presidentes de Junta, com dois Presidentes de Junta, quer com Ligares, onde foi levado a cabo tudo aquilo que será o objetivo comum para trabalharmos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia ao longo dos próximos quatro anos, e também com a Junta de Freguesia de Poiares, com o Sr. Presidente da Junta, Filipe Portela, onde foi exatamente o mesmo teor, claro que diverge aquilo que são os fundamentais pressupostos para cada Freguesia, indo de encontro às políticas de cada uma das aldeias. Mas há um denominador comum, que é trabalhar em prol daquilo que são as nossas Freguesias, com o máximo rigor, o máximo empenho, o máximo dinamismo e também investimento. -----

----- Dar nota da reunião que foi levada a cabo com o ICNF, com a Arq.^a Sandra Sarmento, nestes Paços do Concelho por videoconferência, e onde foi abordado o circuito pedonal da Praia Fluvial da Congida, está já em fase final para ser submetido. Onde irá dar maior relevo à nossa Praia Fluvial da Congida, sendo esta já considerada uma das melhores praias fluviais do país e da Península Ibérica, e onde tem havido um forte investimento por parte do Executivo Autárquico e que pretendemos aqui implementar também o circuito pedonal, que terá como objetivo, ao longo do seu percurso, ligar Portugal a Espanha. Ou seja, entre a Praia Fluvial da Congida e a Barragem de Saucelle, mas terá nesta primeira fase cerca de 2 km e 20 que terá o circuito pedonal. Nesta mesma reunião foi abordado o tema do equipamento para os Sapadores Florestais das cinco motorroçadoras, onde foi mencionado o email que foi enviado e que Freixo



de Espada à Cinta não estava contemplado, e onde também fomos informados pela Sra. Arq.^a Sandra Sarmento, a Diretora do Parque Natural Douro Internacional e que faz parte do Instituto de Conservação da Natureza e Floresta, onde Freixo de Espada à Cinta será contemplado com um trator com braços, isso já o sabíamos, por isso não nos está a dar nenhuma novidade. Também sobre a questão da CIM Douro, Sr. Vereador, é um bulldozer que virá para a CIM Douro. A CIM Douro requereu dois bulldozers, só foi atribuído um, e serão duas equipas de Sapadores que serão compostas, à partida cada uma com quinze elementos e serão alocadas para ficarem precisamente no território da CIM Douro, mas alocadas à CIM Douro e é isso que está em exercício. Sobre o ICNF também, dar-lhe aqui nota, que é para que depois não diga que foi o Ministro ou o Secretário de Estado que o informou, também requeremos à Sra. Arquiteta uma carrinha nova para os nossos Sapadores Florestais, uma vez que a nossa é propriedade do Município, já tem bastantes anos e pedimos a atribuição de uma carrinha nova. Também foi dito quando é que foi implementada a equipa de Sapadores no nosso Concelho e que já foi há mais de 10 anos. Por isso, vimos requerer uma nova carrinha para o Município, ficando o Município com duas carrinhas. -

----- Dar nota também que estivemos presentes, realizámos uma reunião Prémio Literário Guerra Junqueiro, onde esteve cá também presente connosco a curadora Avelina Ferraz e teve o Executivo presente com a mesma. Dar nota que nesta reunião há um dado a salientar, uma vez que se quer associar ao Prémio Guerra Junqueiro a Fundação Livraria Lello, o que muito nos honra e dá ainda mais dignidade e dinamismo ao próprio prémio.

----- Dar também nota que estivemos presentes na CIM Douro, em Vila Real. Esta sendo a primeira reunião após a tomada de posse, onde foram faladas as taxas de execução de todos os Municípios e aqui Freixo de Espada à Cinta a ser um bom aluno e a cumprir com aquilo que é a persecução do objetivo no que às candidaturas diz respeito. Teve a presença da CCDR-Norte, com o Prof. António Cunha e também com toda a Direção da CCDR-Norte, os seus Vice-Presidentes e Técnicos afetos à CCDR-Norte. Onde foram abordados temas como o PDM, como a questão dos fogos, como a questão da agricultura, como a questão dos investimentos e onde Freixo tem estado na linha da frente. Aliás, nas candidaturas submetidas dos fogos, nos prejuízos de 15 de agosto, aquilo que alguns apelidavam de precocidade, só dar nota que Freixo de Espada à Cinta lidera o ranking, daquilo que são as candidaturas submetidas no distrito de Bragança e na CIM Douro está precisamente em terceiro lugar,



estando Sernancelhe e Penedono à frente. Com Freixo de Espada à Cinta a ter já alocada uma verba bastante substancial, de terem sido já atribuídos quase cerca de 700 mil euros no que aos prejuízos diz respeito e sabemos que ainda tem de ser mais ainda. Uma palavra de apreço aqui à CCDR, uma vez que têm vindo os Técnicos ao terreno para verificar isso mesmo. Foi também abordada a questão da Linha do Douro, do troço do Pocinho-Barca d'Alva, que brevemente, brevemente, assim o desejamos, será colocado em prática. Está já o troço até à Régua-Penafiel e depois também até ao Pocinho. Dar também aqui nota que foi precisamente neste Salão Nobre que a Linha do Douro foi lançado o projeto sobre o troço Pocinho-Barca d'Alva com o então Ministro Pedro Nuno Santos e com a Ministra Ana Abrunhosa, com a presença de todos os Autarcas da CIM Douro, alguns hoje Deputados, como é o caso de Nuno Gonçalves, mas foi aqui lançada também essa mesma linha e que será uma mais-valia, ao contrário do que o Ministro das Infraestruturas afirmou, teve uma afirmação infeliz no passado, mas que já foi corrigida, sobre uma mais-valia para o nosso território no que ao turismo diz respeito, no que ao dinamismo diz respeito, desenvolvimento e também à parte do desenvolvimento de todo o território. Dar também nota que nesta primeira reunião da CIM Douro estiveram os Executivos na sua totalidade, praticamente presentes, uma vez que foi requerido para uma questão de articular e ficar toda a gente a conhecer-se entre os Executivos para estarem presentes e saber aquilo que é na primeira reunião de CIM Douro. Dar também nota que foi também abordado o tema da CIM Douro em Bruxelas, na Europa, onde temos um gabinete para trabalhar aquilo que são as candidaturas e trazer alocado ainda mais aquilo que são os investimentos para o território da CIM Douro. -----
----- Muito bem e do período de antes da ordem do dia, para já, é o que temos a afirmar. Vamos então passar ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia vinte e sete de novembro do ano dois mil e vinte e cinco que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Setecentos e setenta e oito mil, trezentos e oito euros e noventa e sete céntimos. -----



Dotações não Orçamentais – Sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

ATA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia catorze de novembro do ano dois mil e vinte e cinco. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia catorze de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES

----- ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (DECRETO – LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO) – TOMADA DE CONHECIMENTO: Foi presente a informação nº 543 datada de 13/11/2025 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho, datado de 12 de novembro de 2025, foi concedido Alvará de Licença para Atividades em Lugares Públicos à Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, de 15 a 16 de novembro de 2025 das 18:00 horas às 02:00 horas, no âmbito da Festa “Magusto” 2025 em Freixo de Espada à Cinta e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----



ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – ART. 15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO: Foi presente a informação nº 544 datada de 13/11/2025 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho, datado de 12 de novembro de 2025, foi concedido Alvará de Licença Especial de Ruído à Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, para a realização da Festa “Magusto”, em Freixo de Espada à Cinta, nos dias 15 e 16 de novembro de 2025, das 18:00 horas às 02:00 horas e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.

ADÉRITO PAULO AIRES CHAVES, PARA RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A GARAGEM – PARECER INTERNO (ÂMBITO DO PROJETO DE ARQUITETURA) – PROCESSO Nº 19/2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO: Foi presente para efeitos de tomada de conhecimento a informação nº 456/2025/DTOUH datada do dia 10/11/2025 subscrita pelo Técnico Arqt. José Massa, a qual obteve parecer favorável através do despacho proferido no dia 11 de novembro de 2025 de acordo com a competência delegada no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 18 de outubro de 2021. A presente informação dá nota que garantidos que se encontram os índices e parâmetros urbanísticos constantes do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), atual instrumento do Plano Municipal de Ordenamento do Território do concelho de Freixo de Espada à Cinta, bem como as demais Normas legais e regulamentares aplicáveis à operação



urbanística em referência, e, concluída que está a apreciação técnica relativa ao Projeto no âmbito da Arquitetura (nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 9 do artigo 20.º do (RJUE)), pelo que o Processo em análise se encontra em condições de ser aprovado de acordo com a alínea a) n.º 3 do mesmo artigo 20.º, por não se encontrar abrangido pelo art.º 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), propondo assim, a emissão de parecer técnico "Favorável" à aprovação do Projeto de Arquitetura, da pretensa operação urbanística designada em epígrafe e deverá ainda notificar-se o requerente para no prazo de seis meses a contar da data de notificação apresentar os elementos instrutórios elencados no ponto número três, alínea a) da referida informação, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Não sei se querem tecer algum comentário? Força Sra. Vereadora. ---

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Não está aqui quem emitiu este parecer interno, mas se puder dizer na próxima reunião de Câmara, sendo a localização na zona que é, porque é que carece de pareceres externos? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem Sra. Vereadora. Passo a palavra ao Sr. Chefe de Divisão, Paulo Calvão. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Não foi o Engenheiro que fez a informação. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR CHEFE DE DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS, URBANISMO E HABITAÇÃO, ENG. PAULO CALVÃO. -----

----- Não fui eu que elaborei, foi o Arqt. José Massa. No entanto. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Deixe só falar o Chefe de Divisão. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR CHEFE DE DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS, URBANISMO E HABITAÇÃO, ENG. PAULO CALVÃO. -----

----- No entanto, aquela zona neste momento já não carece de parecer da Direção Regional da Cultura. Antes era necessário, porque nós estamos na zona especial de proteção do Alto Douro Vinhateiro, no entanto houve uma alteração posterior que retirou o Concelho de Freixo dessa necessidade de emitir, embora continuemos a pertencer à zona especial de proteção do Alto Douro Vinhateiro, não temos a necessidade de solicitar parecer, na altura à Direção Regional da Cultura do Norte, neste momento a competência passou para a CCDR. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sr. Chefe de Divisão. Dar ainda mais uma nota, aí na própria conclusão daquilo que vocês têm aí, diz no ponto 1, “A emissão de parecer técnico “Favorável” à aprovação do Projeto, respeitante à fase da apreciação no âmbito da Arquitetura da pretendida operação urbanística”. Penso que tenha ficado esclarecida com a explicação do Sr. Chefe de Divisão. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- ALTERAÇÕES ORÇAMENTO DA DESPESA / PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS / PLANO DE ATIVIDADES



MUNICIPAIS ANO: 2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO: Foi presente para tomada de conhecimento a alteração permutativa n.º 12 do orçamento da despesa, a alteração permutativa n.º 12 do plano plurianual de investimentos e a alteração permutativa n.º 11 do plano de atividades municipais para o ano de dois mil e vinte e cinco, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento das alterações supramencionadas.

06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS

----- **MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – LICENCIAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE FOGO (ARTIGOS DE PIROTECNIA) – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Foi presente a informação nº 561 datada de 2025/11/21 emitida pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual refere que no seguimento da petição solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta a solicitar o licenciamento de fogo-de-artifício durante a inauguração da Iluminação de Natal 2025, a utilização de outras formas de fogo está sujeita a licença do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de competências para as autarquias locais, sem prejuízo da autorização prévia da autoridade policial relativa ao uso de artigos pirotécnicos prevista na lei. Informa ainda que a competência desta autorização é da Câmara Municipal e, aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Está aí também o licenciamento. É o normal que vem cá. Não sei se querem tecer algum comentário? -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----



----- Foi uma alteração que houve, porque os documentos que nos chegaram, estava o pedido do fogo para dia 12 de dezembro, mas já vi que temos aqui uma alteração e que já foi corrigida. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não sei se quer tecer algum comentário neste caso os serviços? Foi já. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Corrigida. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Deixe-me só terminar, eu deixei-a falar. Aquilo que foi indicado pelos serviços é que houve um lapso do 12 para o 8, está já corrigido, e que trouxeram já antes da reunião até iniciar, que já deram conhecimento disso, correto? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA ASSISTENTE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, ANA RITA RIBEIRO. -----

----- Correto. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Força. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Relativamente a este, Sr. Presidente, pedido, só recordava que há bem pouco tempo, há muito pouco tempo, foi necessário uma funcionária,



quase fazer desculpas por escrito à Câmara por esse lapso. Por mim está tudo bem, só recordar que no passado passou-se isso.

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Passado recente. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Ainda bem que fala do passado e dar nota do seguinte, para quem não fala do passado, mas deve dizer a verdade toda e dizer o seguinte, aquilo que foi levado a cabo é que deve vir à reunião de Câmara após, quando há um ato tomado pelo Presidente da Câmara, para ratificação na primeira reunião após a emissão e foi apenas e só o que aconteceu. Total confiança em todos os funcionários da Autarquia. Continuando, muito bem, passamos agora então às deliberações diversas, neste caso.

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- É preciso votar. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Sim, sim, eu ainda não voto por vocês. Vamos colocar à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar o licenciamento solicitado.

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Foi presente a proposta de Grandes



(Signature)
Opções do Plano e Orçamento para 2026, e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Eu passarei a apresentar o Orçamento, que é isto que temos feito ao longo dos anos, sempre que temos estado em exercício Autárquico, dar nota que este é um documento político-técnico, o Executivo Autárquico fará as considerações políticas e técnicas que sejam do seu âmbito e, se for necessário, algum esclarecimento, temos aqui presente hoje a nossa Contabilidade, para dar os esclarecimentos necessários e a quem desde já saúdo pelo trabalho que levaram a cabo e pelo empenho que tiveram no mesmo, refletindo aquilo que são as opções do Executivo e isso que fique bem clarificado. -----

----- Passamos então à sua redação daquilo que será a apresentação do Orçamento para 2026. -----

----- “Encontrando-nos no primeiro ano do segundo mandato, significa que foi renovada a confiança dos nossos munícipes e por sinal com uma votação clara e expressiva nas eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025, passaram 4 anos de verdadeira mudança, afirmação no panorama nacional e internacional pela positiva e transformação do nosso concelho, isso deve-se acima de tudo ao forte empenho e dedicação do atual Executivo e do anterior Executivo no seu primeiro mandato, em prol da nossa população e do nosso Município de Freixo de Espada à Cinta desde as Eleições Autárquicas de 2021, sendo este o tempo de reforçar e continuar a agir, como temos vindo a fazer, ainda com mais assertividade e empreendedorismo, mas também o tempo para preparar o futuro do nosso concelho com a total dedicação e empenho que tem sido levado a cabo pelo atual Executivo Autárquico. Agir implica, antes de mais, planear, e, nesse sentido, tornou-se imperioso resolver em grande parte os problemas financeiros herdados que se arrastavam de um passado recente e que nos condicionavam e que continuam a condicionar na nossa ação governativa, no presente e no futuro, apesar do salto quantitativo e qualitativo no que à situação financeira diz respeito, levada a cabo durante o presente ano de 2025. É cada vez mais reconhecida a dinâmica que temos vindo a implementar no nosso concelho e os benefícios que essa dinâmica traz em termos económicos e de projeção para o exterior. Chegou o tempo em que demos o salto para de uma vez por todas o atual executivo deixar de estar



V
VR

condicionado por um contexto financeiro de uma colossal dívida de curto prazo herdada (5,6 milhões de euros) que só teve uma consequência: impedir que todo o potencial de Freixo de Espada à Cinta se desenvolvesse com sustentabilidade e ambição. -----

É por isso que o atual documento orçamental, que nos vai guiar pelo primeiro ano deste segundo mandato, tem que contemplar a política financeira implementada e que visou dar a melhor resposta para resolvemos a dívida do município que, não sendo uma dívida da nossa responsabilidade, coube-nos e cabe-nos a nós continuar a resolver esse problema herdado com toda a nossa dedicação, brio e profissionalismo. ----

Temos a plena certeza que o nosso programa eleitoral será praticamente cumprido, o que faz com que continuemos a trabalhar arduamente para alcançar os grandes objetivos estruturais desse programa eleitoral, por isso mesmo precisamos de continuar com o plano económico-financeiro definido, que nos permite cada vez mais libertar-nos das amarras financeiras que herdámos, e será com esse propósito que este orçamento terá aí um papel fundamental. -----

No último ano assistimos a grandes mudanças nos diversos setores de ação no nosso concelho. -----

Começamos por destacar o setor da agricultura com o Gabinete de Apoio ao Agricultor que se mostra cada vez mais uma aposta ganha no que ao serviço que oferece aos agricultores diz respeito e que tem sido uma mais-valia para os mesmos, através do qual os agricultores têm uma via facilitada para a gestão da sua atividade agrícola. Demos continuidade à vacinação de animais errantes iniciada no ano anterior, e o fundamental apoio ao combate à vespa velutina no nosso concelho. -----

Continuamos a apoiar os agricultores na implementação de novos processos produtivos e na valorização dos produtos de excelência produzidos no nosso território. -----

Demos continuidade à implementação do cheque veterinário. Ainda neste âmbito demos início ao processo da colocação de balanças agrícolas nas diferentes freguesias do nosso concelho e reforçámos o apoio ao Gabinete de Veterinária constituído por uma médica e um enfermeiro veterinário. O Gabinete tem dado aos nossos agricultores todo o apoio, em particular com as candidaturas junto do IVDP e da CCDR-NORTE. Continuamos a promover os produtos endógenos e a participar nos mais variados certames nacionais e internacionais. -----

Ao nível da educação, já não falamos da vontade em lançar o Ensino Secundário Profissional, mas sim uma aposta ganha e numa realidade que



está no terreno. Neste momento estão inúmeras famílias de Freixo de Espada à Cinta a beneficiar dessa realidade, com os seus filhos e/ou educandos a frequentar os 3 cursos abertos e em pleno funcionamento. Foram lançados mais 3 Cursos (Técnico de Geriatria, Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Restaurante/Bar), pretendemos, neste caso, Técnico Auxiliar de Saúde levar a bom porto já no próximo ano, cuja abertura se prevê para breve e que continuarão a contar com a parceria estabelecida entre o Município de Freixo de Espada à Cinta e os 3 Municípios de Cabo-Verde já nossos parceiros neste caminho.

Em relação à componente financeira, é preciso destacar e realçar o acesso ao mecanismo do FAM, que permitiu e permite trazer e cumprir com o objetivo traçado de colocar os prazos médios de pagamento de cerca de 1 ano no passado recente, para ficar o mesmo prazo no intervalo dos 60 a 38 dias. O acesso ao FAM permitiu e permite descongestionar as limitações do passado e assegurar que as contas que estão em curso e vierem a ser apresentadas nos próximos anos, passarão a refletir apenas e só a gestão deste executivo, tal como já se refletiu em 2024.

Ao nível da Ação Social, está em curso o programa Primeiro Direito, com o apoio direto a mais de 110 famílias, num total de 4,5 milhões de euros que estarão afetos de forma direta a este programa e dos quais 1,5 a 2 milhões de euros serão já aplicados através deste orçamento relativo ao próximo ano. Iremos também reestruturar todo o programa CLDS de acordo com as necessidades da nossa população, tal como o programa PIPSE e o programa Radar Social, ambos já em execução. Como é sabido, com a descentralização de competências ao nível da Ação Social a autarquia assegura agora o cumprimento dessas funções que são uma mais-valia para as populações. Por fim, queremos alargar o apoio no que diz respeito às refeições escolares e passarem a ser asseguradas pela autarquia de acordo com os escalões de cada aluno ainda com maior abrangência, bem como conceder Bolsas de Estudo no Ensino Secundário/Ensino Superior, de acordo com o seu aproveitamento escolar e continuar a apoiar a 100% os transportes escolares no Ensino Secundário e Superior. Por falar em alunos, vamos continuar a apoiar as viagens realizadas pelo Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, permitindo desta forma que possam cumprir todas as suas viagens planificadas, em prol do seu desenvolvimento escolar.

Em 2026 daremos continuidade à aposta de marcar presença com os nossos agricultores nas feiras agrícolas como por exemplo a de Santarém e de Salamanca, de modo a estarem sempre atualizados com as tendências do



setor. Ainda sobre a agricultura, queremos disponibilizar aos agricultores a possibilidade de realizarem as pesagens nas suas zonas de abrangência, tal como já acontece em Poiares, agora recentemente, e Lagoaça/Fornos, já a partir da próxima semana, colocando uma balança específica para o efeito em Freixo de Espada à Cinta, tal como foi apresentado no nosso compromisso eleitoral. Queremos manter o apoio na compra de medicamentos na nossa farmácia a todos os que careçam dessa ajuda e que, por isso, precisam desse apoio até 100€ na compra de medicamentos. Nesta área da saúde manteremos a ajuda a todos os doentes oncológicos e não oncológicos no sentido de lhes proporcionar as condições necessárias para se deslocarem aos hospitais que ficam nos grandes centros urbanos e longe de concelhos periféricos como o nosso. Pretendemos reabrir a sala de fisioterapia durante 5 dias por semana, permitindo desta forma que os nossos munícipes fiquem com mais um serviço disponível na área da saúde. Estamos a trabalhar numa possível parceria com a ULSNE onde pretendemos fomentar a criação de uma bolsa até ao montante de 20 mil euros para a contratação de médicos que garantam o cumprimento integral do serviço prestado à população, bem como o apoio fundamental prestado através do protocolo assinado com a ULSNE para a equipa de Cuidados Paliativos que foi implementada. E a pensar na saúde dos menos jovens, relembramos a aposta na Educação Física Séniior nas aldeias do concelho que tem tido uma excelente adesão e que mostra que valeu a pena investir, a realização dos passeios que queremos continuar a promover para dar a conhecer locais do nosso país e continuar a apostar nas aprendizagens através da Universidade Séniior que cada vez tem mais pessoas inscritas, mostrando bem o cuidado que temos com quem já deu tanto pelo nosso concelho.

No âmbito da Seda, e já com a sua certificação deste produto, depois de muito se ter trabalhado para a sua obtenção, estamos a preparar os próximos passos e a negociar 3 acordos que esperamos que venham a dar frutos já a partir do próximo ano de 2026.

Ao nível de grandes investimentos do nosso concelho, estamos a concluir as obras da Praia Fluvial da Congida, de Requalificação do Campo Desportivo do Jardim da Seda, do Edifício dos Paços do Concelho e do Edifício da Biblioteca Municipal.

Iremos dar início à construção da Cozinha Regional em Lagoaça, obra adjudicada no valor de 149 mil euros, com financiamento de 85%, da Requalificação do Edifício dos Bombeiros, obra orçamentada no valor de 450 mil euros, com financiamento de 85% e Requalificação de Espaços



Públicos da Vila de Freixo de Espada à Cinta, melhorando as condições de usufruto deste espaço público e acessibilidade, uma obra orçamentada no valor de 500 mil euros e financiada a 85%. -----

Está já submetida a candidatura para a requalificação das piscinas municipais cobertas, onde se prevê um investimento em obra no valor de 1 milhão e 600 mil euros, com financiamento a 85%, da Requalificação do Auditório Municipal um investimento no valor de 500 mil euros, financiados a 85% e da Requalificação do Polo Profissional um investimento no valor de 1 milhão e 150 mil euros, financiados a 85%. -----

Aguardamos a atribuição do grau de prioridade por parte da CCDRN para submeter candidatura do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, uma obra no valor de 2,2 milhões de euros, onde estamos a falar de um apoio de 100% de financiamento que se destina à colocação de um Pavilhão Gimnodesportivo, um pequeno Auditório e a aplicação de revestimento para garantir melhores condições de utilização aos alunos e profissionais que ali exercem o seu trabalho. -----

Já foi adjudicada a requalificação de 24 fogos do Bairro Social e 1 fogo na Rua dos Palheiros e está para lançamento de concurso a requalificação de mais 5 fogos no âmbito da candidatura ao 1º Direito, com financiamento de obras a 100%. -----

Decorrem as obras na Igreja Matriz, onde são aplicados quase 2 milhões de euros para obras de reparação e manutenção. -----

Queremos ainda dar início durante o ano de 2026 à construção de piscinas na União de freguesias de Lagoaça/Fornos e também na freguesia de Poiares. Também é para nós importante continuar a realizar alguns melhoramentos nas paragens de autocarro das freguesias para dar melhores condições aos munícipes e a quem tem necessidade de se deslocar de autocarro no concelho. -----

Quanto a eventos que teremos em 2026, falamos naturalmente da Amendoeira em Flor, do possível regresso do Campeonato Nacional de Vólei de Praia, que é já uma aposta ganha e que pretendemos ter novamente uma etapa do Circuito Nacional, teremos novamente os torneios Freixo Cup e Freixo Futebol de Praia que estamos certos de que continuarão a ser um atrativo e que trarão a Freixo de Espada à Cinta em cada um dos eventos, cerca de 1500 pessoas entre atletas e todos os que os acompanham e nos visitam. -----

Ao nível da gastronomia, continuaremos a apostar no certame dos Sabores e Tradições, uma vez que cada vez mais se tem revelado uma aposta ganha,



a que se segue em termos de calendário a inauguração da iluminação de Natal, pensada e preparada para toda a comunidade freixenista. -----

Ao nível cultural, para além de um preenchido calendário que está a ser trabalhado e que inclui, entre outras, exposições e apresentação de peças teatrais no Auditório Municipal, continuarão a decorrer as atividades, já programadas, com o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro como é exemplo a Feira do Livro de 2026 (entre tantas outras), com a Filandorra e as aulas de teatro, e continuarão a decorrer até ao final do ano homenagens ao poeta Abílio Guerra Junqueiro. Ainda ao nível cultural e no âmbito da Seda, agora já certificada depois de muito se ter trabalhado para o seu reconhecimento, continuamos a trabalhar e a preparar parcerias estratégicas que, esperamos, venham a dar frutos já a partir do próximo ano. Também a parte histórica da vila será enriquecida com o projeto da realidade virtual da Torre do Galo (a que restou do antigo Castelo), cuja utilização por parte de todos os munícipes está a ser preparada para uma utilização regular e através de uma experiência ímpar. -----

Em relação ao associativismo estamos muito empenhados em continuar a apoiar aqueles que se esforçam para dar o seu melhor nas diversas associações e comissões de festas do concelho. Constatamos que hoje em dia cada vez mais estas organizações fomentam a amizade e a entreajuda para que a uma só voz se consiga alcançar os resultados a que temos vindo a assistir em prol do nosso concelho. Só assim podemos cada vez mais continuar como até aqui a ser falados pelos bons motivos. -----

Temos também vindo a apoiar continuamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta, através de um subsídio protocolado em 2025 de 170 mil euros, acrescido de um apoio extra de 36 mil euros ao longo do ano e ainda 15 mil euros referentes à regularização de dívida herdada, mas não regularizada pelo anterior Executivo PSD. -----

Foi ainda celebrado um apoio financeiro para aquisição de uma viatura de transporte de doentes no montante de 30.976,77, com um plano de pagamento a decorrer ao longo de 3 anos, com o seguinte plano financeiro: ano de 2025 no valor de 15.388,99, ano de 2026 no valor de 7.595,10 e no ano 2027 no valor de 7.793,89. -----

Foi ainda atribuído um subsídio de 3.500 euros para reparação de uma viatura alocada ao INEM. Neste orçamento para o próximo ano, continuaremos a apoiar através de um subsídio protocolado para 2026 de 170 mil euros, acrescido de um apoio extra de 36 mil euros ao longo do ano, bem como o apoio anteriormente mencionado no montante de



7.595,10. Para além destes apoios, contamos ainda no próximo ano entregar aos Bombeiros, mais uma viatura para o transporte de doentes não prioritários e continuar a trabalhar na candidatura para a requalificação do edifício do quartel dos Bombeiros Voluntários.

Todo este trabalho só é possível com um grande empenho da parte do atual Executivo Autárquico juntamente com os funcionários da autarquia, e com todos os agentes políticos e não políticos do concelho, sabendo que quando se trabalha afincadamente desta forma e com este dinamismo, sai enaltecido o reconhecimento do nosso concelho. Prova disso foram a entrega dos 13 Prémios Autarquia do Ano ao Município de Freixo de Espada à Cinta, sendo mesmo o Grande Vencedor da edição de 2025, bem como a atribuição de 6 Prémios de Excelência Autárquica nas áreas da Educação, Turismo, Desporto, Ação Social e Cultura, todos durante o ano de 2025. E, reforçamo-lo, porque acreditamos cada vez mais nas potencialidades do nosso concelho, na visão do executivo autárquico e no trabalho dos funcionários deste Município.”

Passamos agora às linhas programáticas que entendemos necessárias. Sobre as “Linhas Programáticas de Atuação. O Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano, o Mapa de Pessoal e outros documentos que compõem este plano, definem as políticas orçamentais e económica do município, com o objetivo de promover um crescimento equilibrado e sustentado do concelho, e desenvolver políticas que promovam a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos municíipes, atuando em áreas estratégicas, como o desenvolvimento territorial, a mobilidade e os transportes, o ambiente, a saúde, a ação social e a habitação, a agricultura, a economia, a educação, a cultura e o desporto.

Os objetivos estratégicos que visam alinhar a gestão estratégica com a gestão operacional, são os seguintes:

Urbanismo e Acessibilidades: Continuar a requalificar urbanisticamente o Jardim da Seda; Criar um circuito pedonal e de manutenção na marginal do Rio Douro entre a Congida e a barragem de Saucelle; Criação de balneários públicos, requalificação da zona alimentar e aumento de estacionamentos na Praia Fluvial da Congida; Alargar, colocar asfalto, marcar, sinalizar e limpar as bermas em todas as estradas municipais identificadas onde seja necessário realizar intervenções; Encetar esforços para construção de piscinas em Lagoaça/Fornos e Poiares; Continuar a renovar e melhorar a frota automóvel do município; Continuar a melhorar o estaleiro municipal, dotando-o de melhores condições para os funcionários; Encetar esforços na Reabilitação e Requalificação da Escola Básica Guerra Junqueiro; Concluir



a Reabilitação e Requalificação da Biblioteca Municipal; Reabilitação e Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho; Dar início à Reabilitação e Requalificação das Piscinas Municipais cobertas; Requalificação de vários espaços públicos do concelho; Programa 1.º Direito; Reabilitação e Requalificação do quartel dos BVFEC. -----

Economia e Emprego: Continuar a apoiar e desenvolver a um patamar nacional/internacional a promoção comercial de Seda de Freixo de Espada à Cinta; Apoiar e promover os produtos regionais locais, de cada freguesia; Criar condições para que investidores possam trazer riqueza, que fixem populações e que, por conseguinte, criem emprego; Reabrir o Gabinete de Inserção Profissional; Continuar o processo de negociação de saída da AdIN; Apoiar os Bombeiros Voluntários, a Santa Casa da Misericórdia, a Associação de Comerciantes, o Centro Paroquial de Assistências, as Comissões de Festas, o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, o Centro Social Monsenhor Martins, o Centro Paroquial e Social de Lagoaça, o Centro Social e Paroquial de Poiares e o Centro Social e Paroquial de Fornos e todas as comissões de Festas e Associações do concelho. -----

Turismo, Cultura e Património: Promover o turismo histórico, religioso e do património: manter e divulgar a calçada de Alpajares, assim como a vila de Freixo de Espada à Cinta, como Caminho Português de Santiago León de Rosmithal; Continuar a dotar o Penedo Durão de condições e equipamentos atrativos para se afirmar como um miradouro de referência na região; Apoiar os eventos “Sete Passos”, “Enterro do Entrudo” e “Via Sacra”; Melhorar os acessos aos miradouros e promover esses locais como destino de roteiro turístico; Continuar a promover e a revitalizar a “Feira da Flor da Amendoeira”; Promover a obra de Guerra Junqueiro como nome maior da cultura Freixenista; apoiar manifestações culturais e artísticas; dar continuidade ao Festival de Tunas Académicas; Continuar com as sessões de cinema e manutenção de jornais diários; Incluir os bens culturais do concelho classificados como Património Nacional e Património de Interesse Público nas «Rotas do Norte» da CCDR-N. -----

Na área da Educação: Continuar a estabelecer protocolos para melhorar o Ensino Secundário (via profissional no concelho); Continuar a dinamizar a “Feira do Livro”, em parceria com o AE Guerra Junqueiro; Continuar a dinamizar a estrutura curricular da Universidade Séniior, procurando que haja uma maior adesão; Reconhecer o compromisso com os Territórios Educadores e com a Educação para a Cidadania e para a igualdade, implementando medidas de política eficazes para a sua concretização; Criação de Bolsas de Estudo e continuar a assumir o pagamento dos



[Signature]

transportes públicos a 100% (autocarro e comboio) de todos os alunos do concelho que frequentem o ensino secundário e superior; Conceder Bolsas de Estudo no Ensino Secundário/Ensino Superior, de acordo com o seu aproveitamento escolar.

Na área de Juventude e Desporto: Rentabilizar os equipamentos municipais e melhorar as suas infraestruturas; Realizar uma concentração anual Motard em Freixo de Espada à Cinta; Dinamizar eventos desportivos transfronteiriços; Continuar e procurar estabelecer protocolos federativos para a realização de eventos desportivos em Freixo, de nível nacional e internacional, nas diversas modalidades; Manter o estímulo e o apoio à prática das diversas modalidades desportivas existentes; Continuar a desenvolver as férias desportivas e culturais, com um programa mais vasto e alargado; promover competições com clubes da região para atividades desportivas conjuntas, nas diferentes modalidades; Manter o projeto «Bolhas D'Água»; Reformular e dinamizar as corridas do 10 de junho; Continuar a dinamizar o campo de futebol/voleibol de praia na Congida; Criar um ponto de ensino e aprendizagem de Paddle e canoagem na Congida; Procurar garantir acesso às tecnologias da informação e comunicação em todas as freguesias; Continuar a realizar a Maratona de Futsal; Realizar o 1º Torneio Concelhio de Futsal “Verão 2026”; Continuar a realizar os eventos desportivos «Freixo Cup» nas modalidades de Futebol e Futebol de Praia; Realizar o Evento Nacional e Internacional “Race Natur”.

Na área da Cidadania, Saúde e Bem-estar: Implementar o Orçamento Participativo; Simplificar procedimentos na resolução de situações que obrigam ao contacto entre municípios e a autarquia; Continuar a Presidência aberta na qual o executivo ausulta e dá voz a cada uma das aldeias do concelho; Apoiar o Associativismo; Alargar o quartel dos Bombeiros Voluntários de FEC através de candidatura; Dar continuidade ao Encontro de Paróquias; Divulgar os dados financeiros do município através do site da autarquia, promovendo a transparência municipal; Continuar a tornar Freixo de Espada à Cinta num exemplo de transparência municipal; Promover colóquios de discussão sobre assuntos relacionados com as diferentes áreas do nosso Concelho; Apoiar a criação de uma USF em parceria com Municípios vizinhos através de protocolos com a ULS Nordeste; Dar continuidade ao “Projeto Vida +” (aulas de exercício para seniores); Educação Física Séniors; Apoiar os mais necessitados no acesso aos cuidados de saúde, nas deslocações ao IPO e Hospitais Centrais nas diferentes valências ao nível regional e nacional.



Na área da Agricultura: Continuar a melhorar o Gabinete de Apoio ao Agricultor; Continuar a adquirir balanças industriais para as freguesias; Apoiar os agricultores na implementação de novos processos produtivos e valorizar os produtos de excelência produzidos no concelho; Continuar a apoiar as montarias existentes no concelho; Participar em eventos nacionais e internacionais para divulgação dos produtos do nosso concelho, em parceria com as entidades locais; Continuar a pagar a quota da ADS dos ovinos, caprinos e bovinos; Continuar a apoiar o combate à vespa velutina.

No Ambiente: Colocar sombreamento em vários locais de estacionamento da vila; Apoiar e colaborar na limpeza de caminhos e corta-fogos; Manter os espaços públicos cuidados; Substituir alguma iluminação mais antiga e a cargo da autarquia por iluminação LED, mais económica e eficiente. -----

Na área da Ação Social: Estabelecer protocolos com as IPSS do concelho; Apoiar a natalidade, sobretudo em famílias mais carenciadas e de acordo com o seu escalão de rendimentos; Apoiar a integração das crianças sinalizadas pela CPCJ; Identificar e sinalizar as habitações disponíveis para o arrendamento jovem, apoiando a fixação de jovens no concelho; Adquirir terrenos para construção de habitação para jovens; Conceder Bolsas de Estudo no Ensino Secundário/Ensino Superior, de acordo com o seu aproveitamento escolar; Continuar a assumir o pagamento dos transportes públicos a 100% (autocarro e comboio) de todos os alunos do concelho que frequentem o ensino secundário e superior; Apoiar os mais idosos e carenciados no sentido de inclusão social; Apoiar as famílias carenciadas, de acordo com critérios transparentes, na reabilitação da sua habitação.” -----

----- Dar nota que também o Orçamento tem o parecer favorável do FAM para o Orçamento de 2026, o que muito nos agrada e mostra que estamos no bom caminho. Posto isto dar também aqui nota de dois pontos fundamentais: um, apresentamos aqui o nosso Orçamento para 2026 de forma clara, sucinta e onde efetivamente vai ser alocada a parte financeira nas diferentes áreas de intervenção ao longo do ano de 2026, seja no urbanismo e acessibilidades, na economia e emprego, no turismo, cultura e património, na educação, na juventude e desporto, cidadania, saúde e bem-estar, agricultura, ambiente e ação social e sempre que necessário para outros temas que possam não vir aqui inseridos. O Orçamento é uma previsão daquilo que se prevê fazer ao longo do ano de 2026. Teremos depois o Relatório de Prestação de Contas que veremos aquilo que foi ou não foi executado. -----

----- Posto isto e antes de passarmos à discussão, dar nota que estamos abertos a qualquer tipo de questão que queiram colocar, bem como se



querem ou não realizar a vossa intervenção sobre este documento que foi agora aqui apresentado. Por isso, questiono os Srs. Vereadores da Oposição se querem apresentar alguma intervenção ou se querem colocar alguma questão? Força Sra. Vereadora.

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Na página 29, fala aqui na despesa que há, a previsão do aumento nos encargos resultantes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, relativo ao acréscimo dos trabalhadores que em 2025 acumularam 10 pontos e de outros casos que tenham 6 pontos. É o que está a explicar na página 29. De acordo com a Lei n.º 75/2023, 29 de agosto, ou seja, os que detenham 6 pontos e, cumulativamente: detenham 18 anos ou mais de exercício de funções integrados em carreira ou carreiras; tenham exercido funções nos períodos, que estão aqui compreendidos, e eu pergunto onde é que está a avaliação do SIADAP dos anos anteriores dos funcionários da Câmara, para se poder aplicar este acréscimo remuneratório que está previsto no Orçamento de 2026? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não sei se tem mais alguma questão? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Eu só esta. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Ou seja, sobre a avaliação do SIADAP, é isso? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Sim. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Mais alguma intervenção sobre o Orçamento?

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO
MORGADO. -----

----- Sim, tenho aqui algumas questões a fazer. Não sei se quer que lhe as faça já, se farei depois? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Pode fazer já Sr. Vereador, força. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO
MORGADO. -----

----- Começo, por dizer que, efetivamente, o Gabinete de Apoio ao Agricultor tem feito um trabalho extraordinário ao nível daquilo que foi, ou que tem sido, as candidaturas à CCDR-Norte e que, efetivamente, tem-se consolidado ou tem-se atenuado aquilo que ocorreu nos incêndios do mês de agosto. Contudo, aqui o Sr. Presidente disse na sua intervenção que já foram feitas diversas candidaturas junto do IVDP. A minha primeira questão vai ser, efetivamente, sobre isto, é que tipo de candidaturas é que o Gabinete fez junto do IVDP? Depois, salientar que na página 4 também fala lá das obras na Igreja Matriz. Eu gostaria de salientar que, efetivamente, as obras na Igreja Matriz não são da tutela do Município, são da tutela do Ministério da Cultura. Depois, a nível do orçamento da receita, eu tive aqui algumas dificuldades em conseguir, perceber, onde foram buscar, como é que se chegaram aos valores de algumas transferências correntes, nomeadamente, no que diz respeito candidaturas, ou seja, estamos a falar do Radar Social, CLDS, PIPSE, digitalização da Administração Pública, não sabia que havia transferências correntes afetas a esta candidatura, pensei que era só capital, mas não é, pelos vistos também dá para ser corrente. Na parte da receita de capital, não consegui chegar aqui ao valor que está relativamente às transferências, e falo em



transferências do Estado, a nível de comparticipações em projetos comunitários, estamos a falar de cerca de 2 milhões, também está aqui um valor bastante elevado para executar num ano. Pedia para nas demonstrações financeiras previsionais, estamos a falar do balanço previsional, na demonstração dos resultados previsional e na demonstração de fluxos de caixa previsional, eu estou aqui a tentar encontrar a página, peço desculpa, a mesma contém um erro e acho que seria de bom-tom corrigir antes de ir para a Assembleia, apesar de que os documentos valem o que valem, mas pronto. O que é que isto quer dizer, o que é que eu quero dizer para corrigir é, o saldo para a gerência seguinte, que isto é algo que se aprende na primeira aula de contabilidade, o saldo para a gerência seguinte deve bater com o saldo das demonstrações, peço desculpa, o saldo para a gerência seguinte das demonstrações de fluxos de caixa previsionais deve bater com o saldo de caixa e depósitos no balanço previsional. Aqui temos um saldo para a gerência seguinte do ano de 2026, vou-me referir só a 2026, porque em 2025 acontece o mesmo, no valor de 1.420.149,77 e depois quando vamos ver o valor que está inscrito na rubrica caixas e depósitos, temos lá 1.140.979,01. Depois, também vi aqui a nível da receita, ainda há um valor por receber do FAM, cerca de 900.000,00€, isto ainda não recebemos o valor todo do FAM? Ainda há valor por receber? É esta a questão. Indo para o orçamento da despesa, gostava de saber como é que chegámos ao saldo da rubrica 020106, alimentos, géneros de alimentos para confeccionar, que contempla cerca de 100.000,00€, isto é uma média de 280,00€ gastos por dia, isto fazendo a conta a 30 dias cada mês. Como é que se chegou a este valor dos 280,00€ gastos por dia em alimentos? Depois nos transportes estamos a falar em 310.000,00€, o que dá uma média por dia de gastos de 860,00€. Publicidade vamos aqui para 135.000,00€, outros trabalhos especializados temos lá 411.000,00€ e também a rubrica 2225, que é outros serviços, que tem contemplado quase 1.500.000,00€ e a referir que nesta rubrica, este ano, a última alteração que veio aqui, que veio hoje aqui, esta rubrica já vai com cerca de 2.000.000,00€. Questiono, normalmente esta rubrica é onde caem os recibos verdes, vão sair recibos verdes? Vai-se cortar noutras situações? Como é que, tendo em conta, que este ano já vamos em 2.000.000,00, como é que está previsto efetuar os cortes para chegarmos a cerca de 1.500.000,00, que vai ser contemplado para o próximo ano. No mapa de pessoal, constatei que existem 133 lugares vagos, são todos para preencher em 2026? O FAM vai permitir preencher algum? E se o orçamento de Estado está a acautelar esta situação? Relativamente ao documento do



FAM, sem dúvida que ele tem parecer positivo, caso contrário não vinha aqui o Orçamento para ser aprovado, contudo inúmera vários riscos associados ao Orçamento para 2026, deixando esse alerta. Espero que, efetivamente se consigam concretizar esses riscos que estão lá elencados e que, efetivamente o Orçamento para 2026, seja cumprido melhor ou pior, mas que não ponha em causa o Plano de Ajustamento Municipal que foi submetido ao FAM. São estas questões, não sei se fui suficientemente claro.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Sr. Vereador acredito que sim, algumas é que temos depois de repetir, só por causa dos valores. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Como? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Algumas depois se calhar temos de repetir só por causa de saber os valores que enunciou, mas eu vou, dentro daquelas que forem da minha competência. Aliás, são todas da minha competência, mas quando eu necessitar de ajuda peço ali à Contabilidade para dar a ajuda necessária, estiveram também atentos, corretamente? Muito bem, a Sra. Chefe de Divisão se for necessário intervir, intervirá. Eu penso que na maioria em 85% que foi aquilo que já executámos no Orçamento, que se pretende chegar ao final deste ano de 2025, conseguirei dar resposta àquilo que foi aqui solicitado. Deixe-me só organizar sobre as questões que foram aqui elencadas. -----

----- Sobre a questão levantada pela Sra. Vereadora Daniela Bento, sobre o SIADAP, as avaliações estão praticamente concluídas, até ao final deste ano ficarão concluídos os dois ciclos de avaliação. Um deles herdámos e estamos a concluir-lo, o outro já é da nossa responsabilidade, mas até ao final do presente ano, ou seja, do ano civil de 2025, as avaliações ficarão praticamente concluídas e serão, como é óbvio, atribuídas as notas que



serão inerentes à sua avaliação, com a maior justiça, daquilo que foi a persecução e o rendimento de cada funcionário desta Autarquia. -----

----- Sobre as intervenções do Vereador António Morgado, sobre desde já enaltecer a forma como falou sobre o Gabinete de Apoio ao Agricultor, de facto, valeu a pena este Executivo ter pensado no Gabinete de Apoio ao Agricultor e hoje estar em prática, em marcha e a trabalhar em prol daquilo que é grande parte do nosso Concelho. Costumo sempre afirmar que é 80% de agricultura, porque nós vivemos muito a agricultura e era inerente ser uma aposta fundamental no que à agricultura diz respeito e temos levado a cabo, com excelentes profissionais a trabalhar nesta área e aqui uma palavra de apreço ao Eng. Pedro, que tem feito um trabalho de excelência, em conjunto com o Enf. Daniel e também a Administrativa Diana e também toda a equipa que acaba por dar apoio a este Gabinete de Apoio ao Agricultor. E sim, recordo-me bem de 15 de agosto, dos fogos que assolaram o nosso território e da forma como a nossa preocupação foi logo colocar no terreno para as candidaturas serem submetidas e a forma como começámos logo a trabalhar para levar a bom porto aquilo que seria o desígnio, salvaguardar e voltar à normalidade da nossa população, e foi isso que fizemos. Aliás, tivemos oportunidade de mencionar isso mesmo na reunião tida em Sernancelhe, logo com o Sr. Ministro da Agricultura e o Sr. Ministro da Coesão Territorial, Castro Almeida, sobre os apoios que seriam necessários dar ao Município de Freixo de Espada à Cinta, onde sinalizámos na altura logo o valor que estava em causa, na altura ascendia a cerca de 2.000.000,00€, depois já ao longo do decorrer deste tempo, desde o incêndio até à presente data, temos a noção que só na agricultura são mais de 4.000.000,00€ de prejuízos, só na agricultura, onde foram mais de mil e tal colmeias que foram ardidas, onde até 10.000,00€ foram quase de 220 prejudicados, afetados aliás, e onde foram candidaturas de mais de 300 candidaturas. E, de facto, as candidaturas foram já praticamente todas submetidas, já foram analisadas, e se a memória não me falha, cerca de 147 analisadas e já em persecução, tal como eu referi anteriormente, já foram 700.000,00€ atribuídos no que a estas candidaturas diz respeito, está-se a continuar a fazer esse trabalho. Estão a vir ao terreno os Técnicos da CCDR em conjunto com os Técnicos da Autarquia e continuaremos sempre com este dinamismo para levar a bom porto, não só na questão dos fogos, mas que foi fundamental e aquilo que nós pretendemos com os fogos, é haver uma planificação conjunta de todos para não estarmos depois a falar sobre o mesmo todos os anos. -----



----- Sobre as candidaturas do IVDP, que o Sr. Vereador, com alguma estupefação falou, aqui é exatamente o Gabinete de Apoio ao Agricultor a dar ajuda a todos os nossos agricultores, como? Quando querem submeter candidaturas ao IVDP, que já se escusam de se deslocar a Peso da Régua, como acontecia no passado, e aqui tem sido já dado esse apoio. Como outras candidaturas, quando estão a público e que o Gabinete de Apoio ao Agricultor coloca cá fora para todas essas pessoas terem acesso às mesmas. Dar aqui também uma palavra de apreço e enaltecer as Associações locais de agricultura que têm trabalhado em parceria com o Gabinete de Apoio ao Agricultor e que têm sido fundamentais na perseguição dos objetivos de trabalhar em prol daquilo que é fundamental, que é a salvaguarda dos nossos agricultores. -----

----- Sobre as obras na Igreja Matriz e dizer de quem é a tutela da obra. Em nenhum momento no Orçamento, nós dizemos que os 2.000.000,00 são da nossa responsabilidade. Aquilo que nós já tivemos tempo de mencionar anteriormente, foi quando conseguimos, se a memória não me falha, foi em 2023, onde conseguimos aqui, neste mesmo Salão Nobre, assinar um protocolo, já no final do mandato do Governo de António Costa, onde veio aqui a Sra. Secretária de Estado juntamente com as entidades competentes, e onde conseguimos esse financiamento para a recuperação da Igreja Matriz de Freixo de Espada à Cinta, e que hoje é uma realidade. Convém sempre salientar e que esperemos que já em 2026, no final de 2026, a mesma já esteja à disposição de toda a nossa população. Aliás, Igreja para já, aquilo que estamos a trabalhar em parceria com a Diocese, é que a mesma seja elevada a Basílica. Está já o caminho a ser traçado, os documentos já seguiram também e está no bom caminho para ser levada à Diocese. Esperemos todos, incluindo vocês, que venha a ser elevada a Basílica, que seria uma mais-valia para Freixo de Espada à Cinta e também com as obras de requalificação inerentes à nossa Igreja Matriz. Aliás, tem havido uma clara aposta na zona histórica sobre a recuperação, quer na Igreja da Misericórdia, quer agora com a Biblioteca Municipal, quer na envolvente ao Castelo e quer em tudo aquilo que pressupõe a nossa zona envolvente de Freixo de Espada à Cinta, há este apoio. Mesmo a Câmara Municipal está a ser alvo de intervenção e continuaremos sempre nessa senda de trabalhar em prol de reabilitar e requalificar aquilo que são os edifícios icónicos, deste Concelho. Bem como ao Convento diz respeito também, o Convento foi assinado um protocolo com a CCDR-Norte para levarmos a bom porto uma candidatura para recuperação do Convento



[Handwritten signature]

também, que já é uma obra que é necessária para continuarmos a manter o mesmo, uma vez que já necessita. -----

----- Sobre o orçamento da receita, transferências correntes e candidaturas. Dar aqui algumas notas, eu até posso falar sobre as receitas todas que o Município vai, que está aqui mais ou menos plasmado e depois se quiserem daqueles pontos mais específicos que foram colocados depois já passarei para vocês, mas também para todos perceberem onde é que é a receita do Município, mesmo aqueles que não estão aqui presentes fisicamente e depois têm oportunidade de nos ouvir. No âmbito da receita, o compromisso de atingir e ultrapassar os 85% na execução da receita em 2025 e 2026. À data de hoje a execução da receita ronda os 80%, mas ainda temos quase um mês e meio pela frente para conseguir chegar a este número. Dar nota que o Orçamento de 2025 foi de 12.568.539,97, o Orçamento para 2026 é de 14.314.240,77, há um aumento de cerca de 1.745.701,80, e penso que já começará a responder às suas questões, essencialmente devido ao aumento de projetos aprovados a executar ao longo de 2026, o que mostra aqui um forte apoio por parte daquilo que conseguimos das candidaturas para levar a bom porto a dinamização do nosso Concelho. Na receita a arrecadar são cerca de 12.845.455,00 que totaliza 89,7%. Transferências do Estado para este ano são 9.017.098,00. Projetos aprovados e em execução, o PIPSE, o CLDS e o Radar Social são 940.675,00. Rendimentos de propriedade, a título de exemplo, as rendas de concessão da EDP serão 285.100,00€. Os impostos diretos, por exemplo, o IMT, o IMI, a Derrama e o IUC são 541.000,00€. Obras em curso aprovadas e em execução, nomeadamente a reabilitação do Jardim da Seda, o edifício da Biblioteca e da Câmara, bem como o 1.º Direito são 2.061.582,00. E eu penso que já responde aqui a uma parte daquilo que, é o orçamento da receita. Receita incerta a arrecadar, que não será sempre incerta, porque não se tem a certeza, vendas de bens e serviços municipais, arrendas, o RSU e taxas totaliza 10,3%, 1.468.785,00. Sobre, depois falou aqui, as receitas de capital, transferências do Estado em comparticipação de projetos comunitários, já falámos aqui sobre os projetos comunitários. Demonstrações financeiras previsionais deixarei, se assim entender e se quiser, para perceber que isso é um termo técnico, o saldo para a gerência seguinte, a Dra. Andreia poderá responder, qual é que foi, quer responder já Doutora? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DRA. ANDREIA BENTO. -----



----- Posso responder. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Tem a palavra a Sra. Chefe de Divisão sobre este ponto das demonstrações financeiras previsionais e o saldo de gerência seguinte que está aqui alocado e foi questionado. Teremos então agora a intervenção da Dra. Andreia Bento, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. Força Doutora. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Muito bom dia. Já estivemos aqui a ver, juntamente com o Coordenador e o Filipe que auxiliaram aqui no cálculo dos mapas e foi mesmo, efetivamente, um lapso. Nós sabemos perfeitamente que um saldo tem de bater com o outro e iremos corrigi-lo e agora é só. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Doutora. E é isso que eu gosto nesta Contabilidade, quando há um lapso, assume-se e seguimos em frente, porque não é nada mais do que um pormenor técnico e para levar por diante. -----

----- Sobre a questão levantada, o valor para receber do FAM, se existe ainda valor por receber. Aquilo que nós fizemos com o FAM, foi, devolvemos em 2024, correto? De quase 800.000,00€, que entendemos que não iríamos usar. Estão lá 900.000,00€ daquilo que referiu alocados para os processos judiciais que estão em curso, se puderem vir a ser ou não alocados, que são Sr. Vereador cerca de 5 processos. Um deles é de 138.000,00€, remonta ao anterior mandato da Presidente Maria do Céu Quintas, que tem a ver com um acidente que aconteceu no Auditório. Onde também, e feita a justiça, vem a requerer 138.000,00€ sobre uma queda, parece-nos completamente descabido e exagerado, até porque aquilo que foi mencionado pelos funcionários da altura é que estava sinalizado, mas está o processo a decorrer em Tribunal. Há outro que é com o Sr. Costa, Vilela da Costa e também outro com a Bricantel, se não estou em erro. -----



V
22

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Esses já estão. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Esses já estão até sinalizados. Estão os outros que são 5, mas está lá alocado para isso, esperemos não vir a utilizar, mas está só lá acomodado nesse sentido. -----

----- Dos gastos em alimentos 310.000,00€, e já passarei ali à Contabilidade para explicar isso. Aquilo que existe por parte do Município é, efetivamente, em relação à escola, dar aqui uma nota. Nós, na transferência que fazemos para a escola, que é da nossa responsabilidade, que é mesmo assim, nós estamos a investir ainda mais do que aquilo que recebemos. Ou seja, nos funcionários que não são os docentes, do pessoal não docente, nós só estamos a receber do Estado por cerca de 27 funcionários, quando estão lá quase alocados 40, e o Município está a ter um encargo de quase mais de 200.000,00€ nestes funcionários. Porquê? Porque, num passado recente, alguém resolveu fazer um concurso onde foram alocadas cerca de 13, 15 funcionários e onde não foi previsto essa mesma despesa ser financiada pelo Ministério da Educação. Essa despesa, hoje em dia, está a ser suportada pelo Município na íntegra e há aqui um acréscimo todos os anos de 200 e tal mil euros que estamos a pagar a mais sobre aquilo que não é comparticipado. E o Município está a fazer esse esforço, identificámos já essa lacuna, que herdámos, solicitámos já uma reunião ao Sr. Secretário de Estado da Educação, uma vez que o Ministério foi todo reformulado, para expormos essa situação e para ver se são contempladas também essas funcionárias e corrigir um erro do passado que foi levado a cabo. Porque, pelo rácio, a escola teria e tem funcionários a mais. Se nos pergunta a nossa opinião, entendemos sempre que na escola nunca haverá funcionários suficientes para dar comodidade e segurança às nossas crianças e, por isso, nós apostamos claramente em tudo aquilo que é da escola, quer na parte do pessoal não docente, quer na limpeza da escola e quer também na parte da alimentação. -----



----- Sobre a alimentação e sobre esta parte que falou o Sr. Vereador, que teve a ver, eu acho, com os gastos de alimentos, eu não sei se querem tecer algum comentário sobre isso? Força, Sra. Doutora. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DRA. ANDREIA BENTO.** -----

----- Aqui nesta rubrica, são os produtos alimentares que se compram para a cantina escolar durante o ano. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Dar aqui mais uma nota sobre isso. Todos os produtos alimentares que são comprados para a cantina escolar, nós recebemos, e agora neste caso é a Vereadora Marisa, no passado era a Vice-Presidente Ana Luísa Peleira, recebemos as indicações da escola e na íntegra nós acedemos ao pedido de tudo aquilo que é solicitado e as marcas que vêm lá mencionadas sobre o mesmo. Estou-me aqui agora a recordar do sumo, passo a publicidade, Compal, que sempre que pedem nós também acedemos a isso e tudo aquilo que é o material da escola nós acedemos sempre e investimos completamente nisso. -----

----- Sobre a questão da publicidade dos 135.000,00€. Ainda estamos longe dos valores praticados em anteriores mandatos, mas de qualquer forma tem a ver com o empenho levado a cabo por parte do Município, na publicidade exterior do Município e tudo aquilo que é inerente ao mesmo e na rubrica que está aqui alocada. -----

----- Sobre outros serviços 1.300.000,00€, que penso que questionou também. Foi esta a verba que disse, não foi Sr. Vereador, 1.300.000,00€? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Penso que sim. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Outros serviços? -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- 1.500.000,00€ -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Foi 1.500.000,00€ ou 1.300.000,00€? Aqui fiquei com dúvida. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- É o que está na 2225, que é um 1.500.000,00€ quase. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Pronto, nos outros serviços. Deixe-me só dar nota, isto prende-se, exatamente com os funcionários, correto? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Com os prestadores de serviço e outras despesas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem, eu dou resposta a isso. Prende-se exatamente com os outros serviços, com os prestadores de serviços, e na questão dos prestadores de serviços temos regulamentado, ou seja, a parte dos vencimentos. Ou seja, hoje em dia no Município ninguém recebe 300,00€, nem 400,00€, nem 500,00€, estão todos pela tabela salarial correta daquilo que os nossos funcionários do Quadro também recebem, e dobrou quase aqui o investimento naquilo que são os prestadores de serviço. Ou seja, independentemente do número, suponhamos ser 90 ou 100, se antes o valor era pago por 400,00€ ou 500,00€ a cada um deles, aferia 600,00€ no



máximo. Hoje todos recebem o mesmo, à volta de 850,00€, 870,00€ e os Técnicos Superiores que ronda a atualização sempre mediante o ano que entram, eu penso que anda nos 1.350,00€ e nos 1.500,00€, em alguns casos, mediante o ano que entram e é aí que se reflete que há, de facto, um aumento, porque atualizámos as tabelas salariais para receberem aquilo que achamos que é por direito para os prestadores de serviço. E é aqui que se reflete a grande margem, correto Contabilidade? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Sim. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Sobre o mapa de pessoal, os lugares vagos são todos para preencher em 2026. Aquilo que nós estamos a negociar com o FAM, e que negociamos desde o seu início. Primeiro, nós herdámos um processo que não foi bem conduzido, que foi a questão das pré-reformas, têm um encargo anual gigantesco. Estão neste momento em situação de pré-reforma cerca de 30 funcionários, onde não tiveram culpa de quem assim o entendeu, eles aproveitaram as medidas que foram tomadas, alguns foram com 55 e 60 anos a 95%, hoje têm um encargo financeiro para o Município bastante pesado. Mas, aquilo que negociamos com o FAM é que tivemos, nos primeiros dois anos, por cada uma saída, uma entrada, e nos anos seguintes será cada uma saída, uma entrada. Se questionam diretamente, se vamos abrir os 90 ou 100 lugares que estão aí no mapa de pessoal, que estão vazios, supostamente? Não, não vamos abrir todos ao mesmo tempo, dissemos isso em campanha eleitoral, afirmamos agora e, aliás, vamos ainda mais longe, aquilo que estamos a trabalhar é para a regularização dos prestadores de serviço, para que possam vir a ter contratos a termo certo e começarem a entrar no Quadro do mapa de pessoal, que é aquilo que pressupõe. Mas tendo sempre, por norma, o equilíbrio daquilo que está estipulado e o acordo feito entre nós e o Fundo de Apoio Municipal, sobre as entradas que poderão vir a ser permitidas. Mas caberá sempre ao Executivo Municipal, saber se irá abrir concursos, ou não irá abrir concursos no próximo ano de 2026. Há uma certeza que temos, é que estamos no bom caminho para isso brevemente poder vir a acontecer, mas



----- não vamos abrir 100 lugares, ou 90 lugares, ou 80 lugares, ou 70 lugares ao mesmo tempo que isso era estar a iludir as pessoas. -----

----- Sobre o FAM e os vários riscos associados. Dar-lhe só aqui também uma nota e, de facto, foi um alerta por parte do Sr. Vereador, nada a dizer sobre isso, é a sua opinião e é aquilo que está lá espelhado que o FAM deu parecer favorável. De qualquer forma, sobre o FAM eu quero aqui elencar alguns pontos que considero fundamentais, até para quem nos está a ver ficar esclarecido, sobre os riscos associados. Alguns pontos positivos dos riscos associados que o FAM vem aqui a referir, parecer prévio e positivo à proposta do Orçamento Municipal para 2026, estou só a falar sobre o FAM. Foi validada a receita através do mapa 12 do Orçamento de Estado e os projetos cofinanciados aprovados no Portal dos Fundos, justificando assim o aumento de 3.750.000,00€ em relação ao PAM, assegurando assim o cumprimento da cláusula 2, número 1, do contrato de programa de ajustamento municipal. No que diz respeito à otimização da receita, apesar de obrigar a Derrama e IRS às taxas máximas, mantemos o IMI no mínimo, como se já vai verificar a seguir na discussão destas mesmas taxas. Na validação da despesa, apesar de ser superior ao previsto no PAM para o exercício de 2026, encontra-se compensada pelo crescimento da receita efetiva, sobretudo em transferência de capital. O Orçamento apresentado encontra-se de acordo com o objetivo definido para o exercício de 2026, torno a repetir, o Orçamento apresentado encontra-se de acordo com o objetivo definido para o exercício de 2026, cumprindo com o princípio de equilíbrio orçamental. Aquando da adesão ao FAM, o limite da dívida do Município, quando nós aderimos ao FAM e aquilo que herdámos, encontrava-se a dívida em 202%. Pela previsão do FAM na análise a este Orçamento prevê-se que se possa alcançar os 150% do rácio da dívida no fim de 2026, cumprindo assim o artigo nº 52 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que exige o limite abaixo 1,5 vezes a média da receita cobrada nos últimos 3 anos. Por isso, sobre o FAM, sobre o alerta, que não foi uma questão que o Sr. Vereador aí fez, o alerta que fez, nós levamos em boa nota e referimos aqui, da nossa parte, alguns pontos positivos do FAM. -----

----- Sobre o Orçamento Municipal que seja cumprido para 2026. Dar também aqui algumas notas que consideramos que possam ser relevantes para levar a bom porto. Quando chegarmos à Prestação de Contas, iremos certamente analisar isso mesmo, mas dar aqui algumas notas. Nós quando entrámos em 2021, depois foi assim em 2022, a execução foi de 58,5; em 2023 foi de 62,6; em 2024, que já começámos a ser nós a ter, da nossa responsabilidade foi 82,3; em 2025, que é este ano, já dissemos que está



nos 80%, mas esperamos chegar ao final do ano, com 85,7% de execução e para 2026, aquilo que estamos a prever, aproximadamente 89,7%, ou seja, superando aquilo que é a percentagem do Relatório de Prestação de Contas. Porque aí é que se vai ver aquilo que, de facto, foi ou não foi executado e aí sim teremos, certamente, a discussão saudável sobre aquilo que é. De facto, estamos a trabalhar com todo o empenho, com toda a dedicação e com o máximo rigor. Se o rigor é 100%, não é 100%, nem nós queremos que seja a 100%, senão o mesmo não funcionava, terá sempre aqui 10, 15% que, efetivamente, existem falhas, como há bocado mencionou, aquele lapso que acontece, que é normal nos serviços, mas trabalharemos sempre com esse pressuposto para levar por diante aquilo que entendemos que é o fundamental, que é, de facto, que o orçamento vá refletir na íntegra aquilo que são os objetivos delineados e que eu acabei de mencionar anteriormente na explanação que fiz aqui do Executivo Municipal, sobre as diferentes áreas, porque é isso que pretendemos levar a bom porto e dar sempre, acima de tudo, mais dinamismo, mais desenvolvimento, mais ação e elevar o nome de Freixo de Espada à Cinta, quando digo Freixo, o Concelho todo, na sua totalidade, ainda mais longe e sempre pelos bons motivos.

----- Posto isto, não sei se querem tecer mais algum comentário? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sim. Agradeço a explicação que deu, efetivamente há aqui coisas que não respondeu, mas, volto a dizer o tempo acabará por dar a razão a um ou ao outro, que é mesmo assim. Relativamente ao parecer prévio do FAM, o Sr. Presidente leu aqui coisas que o FAM tinha que o dizer, porque são de Lei e, como é óbvio, não acredito que os serviços sabendo dessa Lei, não a cumprissem. Aquilo que eu estava a falar, em concreto, quando me referi aos riscos, tem a ver com a efetivação da cobrança da receita, em especial das transferências de capital. Também a racionalização da despesa e, exemplo disto é o facto do Orçamento de 2026 e, como disse muito bem, a rubrica 2225 é onde estão grande parte dos valores dos recibos verdes, tem lá cerca de 1.500.000,00€, mas aquilo que nós constatamos em 2025 é que ela já teve que haver uma alteração ao orçamento para subir esse valor para 2.000.000,00€. A manter-se tudo como está, acredito piamente que no final de 2026 vai ter de haver uma nova alteração ao Orçamento para acrescer aqui cerca de meio milhão nesta rubrica para fazer face às despesas. A não



ser, como é óbvio, que todos os recibos verdes, ou grande parte dos recibos verdes se vão embora, ou passem, ou passem para funcionários do Quadro. Quando digo do Quadro, a termo incerto e a termo certo, que isso já será uma opção do Executivo, como é óbvio. Posto isto, relativamente ainda à questão da receita e, especificamente das candidaturas, aquilo que me pareceu foi, que foi elevado a um ano o valor total da candidatura do CLDS, aqui andei a pesquisar e é cerca de 400.000,00€, isto dividido em 4 anos que julgo que é esse o período de execução do CLDS, estamos a falar em cerca de 120.000,00€. O PIPSE, a nível anual, andará à volta dos 70.000 e o Radar Social, que está para terminar em março de 2026, a correr bem, serão talvez, não sei, cerca de 100.000,00€ de receita. Ao somarmos isto, e como está escrito aqui, da digitalização da Administração Pública, não sei quais são os valores que foram candidatados a nível de receita corrente, mas a somar isto tudo, anda à volta dos 200.000,00€, 300.000,00€, 400.000,00€, está longe do valor que está aqui na receita proveniente de projetos cofinanciados, em cerca de 1.000.000,00€, ok, muito bem, é aquilo que não. A nível das candidaturas, o que há de capital, também é óbvio que há várias candidaturas que estão a decorrer, não consegui perceber, efetivamente, em cada, até porque isso não vem explanado no PPI, julgo que foi colocado tudo em rubricas mais genéricas, não específicas de cada candidatura. Também não consegui perceber qual é o valor que vai ser gasto a nível de cada candidatura, isto anualmente, como é óbvio, da mesma forma que desta forma também não consigo saber qual é a receita proveniente de cada candidatura.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Dar-lhe aqui algumas notas, sobre as candidaturas aquilo que nós ficamos satisfeitos é que conseguimos o financiamento e não desperdiçamos investimento das candidaturas e muito se tem trabalhado para conseguir hoje este investimento para Freixo de Espada à Cinta. As candidaturas, quase todas elas, são 85% financiadas e, por isso, temos 15% que será da responsabilidade do Município, do Executivo Autárquico para fazer face a essa candidatura e, de facto, é um valor alto que temos aqui para o próximo ano, se a memória não me falha e corrijam-me se eu estiver errado, são cerca de 4.000.000,00€ só em candidaturas para levar a bom porto durante o próximo ano e que teremos de ter 15% para ficarem alocados. Fazendo fé e partindo do pressuposto que tudo correrá



normalmente, sobre as candidaturas que queremos levar a bom porto e em curso. Mas, de qualquer forma, o Sr. Vereador falou aí de termos técnicos, alguns já foram respondidos pela Contabilidade, não sei se a Contabilidade quer prestar mais algum esclarecimento ou se estão os esclarecimentos dados. Quer dar mais esclarecimentos Doutora? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Eu acrescentava. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Força Doutora. Esteja à vontade. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Em relação às candidaturas, o valor das transferências correntes das obras comparticipadas, nós temos que mandar ao FAM para poder emitir o parecer favorável, ele só emite com a rubrica devidamente dotada e com os termos de aceitação, pronto. Foram enviados para o FAM, os comprovativos e os termos de aceitação e foram validados os montantes. Nós temos aqui alguns exemplos, eu estava aqui a tentar ler, está a letra um bocadinho reduzida, a questão da digitalização, não é Victor? Temos aqui 50.074,22€ uma componente de corrente, mais, esta é depois a segunda fase que são os 191.073,78€, mas também podemos depois elencar e se entender, os termos de aceitação que serviram de base, à dotação do FAM, também poderemos fazer chegar-lhe, não é e há aqui outras questões. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Está Doutora? Que é para sairmos daqui e obrigado pela ajuda. Dar só, o apoio aliás, dar só nota do seguinte e, eu não referi, achei que não seria necessário, mas refiro porque acho que até, acho não tenho a certeza, que faz todo o sentido referir. Todas as obras submetidas neste Orçamento, tivemos o cuidado e o rigor de estarem todas cofinanciadas e aprovado esse



mesmo financiamento. O que dá uma segurança a este Orçamento que tudo aquilo que está aqui de obras, irá ser sempre salvaguardado com o cofinanciamento por parte das entidades competentes. Não há aqui nenhuma obra que não tenha financiamento alocado à mesma, o que nos deixa bastante tranquilos sobre isso e aquilo que desejamos é que as mesmas sejam levadas a cabo, como já estão a ser levadas algumas. -----

----- Posto isto, passo então agora à redação da proposta para depois pormos à votação a proposta do orçamento para 2026, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026. -----

----- “Assunto: Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2026. Aprovação do Mapa de Pessoal, ao abrigo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Exposição de Motivos. Considerando que a conjugação da Lei que define o quadro de competências dos órgãos autárquicos - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o estipulado pelo SNC-AP no n.º 6 do ponto 11 da NCP 26, pelo POCAL no ponto 3.3 das respectivas considerações técnicas, ficam as autarquias locais obrigadas à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil; Considerando que, a execução dos documentos previsionais mencionados, devem levar em linha de conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria, garantido que as despesas a realizar se justificam quanto à sua economia, eficiência e eficácia; Considerando que, na elaboração dos documentos ora em análise, devem ser seguidos os princípios orçamentais: anualidade e plurianualidade, da unidade e universalidade, da especificação, do equilíbrio, da não consignação, da não compensação, da legalidade, da estabilidade orçamental, da autonomia financeira, da transparência orçamental, da solidariedade nacional recíproca, da equidade intergeracional, da coordenação entre as finanças locais e finanças do estado e da tutela inspetiva; Considerando que o POCAL estabelece as estritas regras e princípios previsionais às quais o Orçamento do Município se deve submeter, nomeadamente as resultantes da conjugação do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 84-A/2022, de 5 de abril; Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano, a proposta do Orçamento Municipal para o ano económico seguinte, entretanto alterada pelo art.º 2 da Lei n.º 66/2020, que estabelece como data limite de apresentação do documento ao órgão deliberativo a 30 de novembro de cada ano; Considerando que no uso das competências



determinadas pelo disposto na alínea c) do número 1 do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deve o Executivo Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento; Considerando que, o Município de Freixo de Espada à Cinta, deve prever, anualmente, o Mapa de Pessoal, tendo o mesmo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver, durante a execução, conforme o estipulado no n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho; O Mapa de Pessoal do Município de Freixo de Espada à Cinta, menciona o número de postos de trabalho de que o mesmo carece, para o desenvolvimento das respectivas atividades, bem como, a descrição de todas as funções; Assim, aquando da elaboração do Orçamento para o ano de 2026 e nos termos do n.º 4, do artigo 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado pelas entidades competentes para a aprovação da proposta de orçamento. Da proposta em Sentido Estrito. Assim, pelas razões anteriormente enunciadas, proponho, ao executivo camarário, que adote a deliberação no sentido de: Aprovar a versão preliminar dos documentos previsionais, ora, propostos, a qual inclui, nos termos do disposto no artigo 46º, da Lei nº 73/2013, 03 de setembro, os seguintes documentos: Relatório com a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; Articulado do orçamento que se contém as medidas aplicáveis à execução do Orçamento Municipal; Mapa de resumo das receitas e despesas da Autarquia Local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável; Mapa Quadro Plurianual de Programação Orçamental previsto nos artigos 41º, 44º e 47º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, constituindo um mapa que vincula a despesa e a receita, a um quadro plurianual de programação orçamental, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes; Mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respectivo número de identificação fiscal, incluindo a respectiva percentagem de participação e verba correspondente; As Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa de Empréstimos; Mapa dos Passivos e Ativos Contingentes; Mapa de Equilíbrio Orçamental; Grandes Opções de Plano que incluem o Plano Plurianual de Investimento (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (Plano da Atividade Municipal). b) Aprovar a versão preliminar do Mapa de Pessoal, nos termos e para os efeitos previstos no disposto no n.º 4 do artigo 29º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o qual acompanha a proposta de orçamento, ora, em apreciação,



contendo toda a informação, legalmente, exigível, por força do disposto no artigo 28º do mesmo diploma legal, bem como as respectivas remissões para o Regulamento Interno do Município; Em caso afirmativo remeter, para a Assembleia Municipal, a versão preliminar dos documentos assinalados nas alíneas a) e b) os quais constituem a proposta preliminar de Orçamento Municipal, para o ano económico de 2026, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam à presente proposta; Por último, a versão definitiva do Orçamento Municipal e para o ano económico de 2026, depois de sancionada, previamente, pelo Órgão Executivo Municipal, deverá, sob a forma de proposta, ser analisada, discutida e votada em sede de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal”, que é o que faremos a seguir. -----
----- Posto isto, colocava então à votação. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sr. Presidente, eu antes de votar, gostaria de justificar a minha intenção de voto, e julgo que a da minha colega. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Mas podia justificar numa declaração de voto, é uma declaração de voto que vai fazer Sr. Vereador? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Uma declaração de voto. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Pronto, então votamos e faz a declaração de voto, sem prejuízo disso. Até para não estar, se é uma declaração de voto, é uma declaração de voto e tem direito à mesma. Colocava então à votação. -----



DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente analisada a proposta, a Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e dois votos contra dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar a proposta em apreço mais ainda, deliberando submeter à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal.

----- DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Tendo em conta o documento que foi a nós apresentado pelo Executivo e depois devidamente estudado, de questionado o Executivo sobre o conteúdo do mesmo e visto que existem esclarecimentos que foram vagos, não houve efetivamente uma especificação dos investimentos inerentes para o ano de 2026 no PPI e no PAM, ou seja, muitos deles encontram-se em rúbricas genéricas. Também porque não concordamos com a estratégia definida pelo Executivo para o ano de 2026 e, nisso é claro o valor do Orçamento que é cerca de 14.000.000,00, mais do que 14.000.000,00, o que nos parece um valor algo exagerado, à semelhança daquilo que aconteceu no passado também em outros Orçamentos. Em que dá a parecer que este acréscimo de valor será para poder cabimentar despesa que vai transitar e não para efetivamente executar despesa do próprio ano. Também porque não foi tido em conta o estatuto do Direito de Oposição, nomeadamente o seu artigo 5º. Por essa situação, o meu voto e o da minha colega foi, como é óbvio, contra.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Não sei se a sua colega quer tecer alguma declaração de voto? É conjunta então a declaração de voto?

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- É.



V.J.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Só dar aqui uma nota do mesmo e depois seguiremos para o outro ponto. Primeiro, todos os esclarecimentos que foram solicitados foram esclarecidos, foi feita uma apresentação exaustiva sobre o Orçamento político-técnico, nas diferentes áreas que iriam ser intervencionadas ao longo de 2026. Foi dito o valor exato do Orçamento. Foi dito a execução exata de qual é que seria para 2026 e qual foi em 2025. O Direito de Oposição foi respeitado, como sempre é respeitado, dando a palavra aos Vereadores e nunca interrompendo os mesmos para levarem a bom porto. Aliás, é algo que nos deixa completamente salvaguardados, é que está gravado, está em vídeo e as pessoas terão oportunidade de fazer o seu julgamento. Demos todas as explicações inerentes ao Orçamento, a Contabilidade deu as explicações necessárias que foram requeridas pelos Srs. Vereadores da Oposição, ao contrário do passado que era tirada a palavra, deram todas as explicações necessárias e também dar nota do seguinte, sobre orçamentos, também aqui uma clarificação que importa referir. Orçamento de 2014 - 15.189.671,97€; Orçamento, isto tudo para irmos aos valores que estamos aqui a debater, Orçamento de 2019 - 13.813.579,00€; Orçamento de 2020 - 14.941.989,00€; 2021 de 14.951.989,00€ e não, não eram os nossos Orçamentos, eram os Orçamentos do anterior Executivo. Da nossa parte, temos feito sempre Orçamentos equilibrados e que temos cumprido à risca. Aliás, nota-se até o seguinte, execução do Orçamento em 2014, que veremos lá à frente e vamos ver a quem é que o tempo dá razão, 2014 execução - 63,2%; execução do Orçamento em 2019 - 66%; execução do Orçamento em 2020 - 58%; execução em 2021, que ainda é responsabilidade do anterior Executivo, onde nós estivemos dois meses, 54%. Da nossa responsabilidade, 2022 - 58,5%, que foi executado; 2023 - 62,6%; 2024 - 82,3%; 2025, quando chegarmos ao final deste ano, será de 85,7% e, em 2026, aquilo que já aqui afirmámos, será à volta de 89,7%. Por isso, sobre as declarações de voto, aquilo que o Executivo tem a transmitir, está transmitido e já aqui afirmámos, é um direito que os Srs. Vereadores da Oposição têm e que respeitamos na íntegra e sobre a nossa posição fica aqui também claro porque é que nós falámos sobre o vosso Direito de Oposição, do vosso voto contra, que estão no direito de o fazer, e porque é que nós votamos a favor. A nossa declaração de voto a favor é



precisamente com três princípios fundamentais: um, foram dadas explicações cabais de tudo aquilo que foi questionado; dois, tem o pressuposto de dinamismo e desenvolvimento daquilo que será para o próximo ano de 2026 o sucesso, o sucesso do Concelho de Freixo de Espada à Cinta; três, mostra que Freixo de Espada à Cinta está vivo, recomenda-se, e no caso da situação financeira está no bom caminho para cumprir com aquilo que é o reequilíbrio financeiro que temos levado a cabo. Prova viva disso, são os diferentes Orçamentos que trouxemos ao longo dos últimos quatro anos, que trazemos aqui agora e que será 2026 quando chegarmos ao final do ano, faremos o seu balanço. Muito bem, passamos então ao próximo ponto. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sr. Presidente, continuamos a discutir o Orçamento? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Eu fiz a declaração de voto, vocês fizeram, eu não falei sobre a vossa. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Por isso é que a declaração de voto deve ser feita sempre antes da votação, entende? Porque você agora trouxe dados. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Desculpe, eu estou a falar, já dei oportunidade, o Orçamento foi discutido, foi debatido, foi votado, fizeram declaração de voto após a votação onde mencionaram os vossos pressupostos, que nós respeitamos e nós mencionamos os nossos pressupostos de porque é que votámos a favor. Passamos agora ao próximo ponto e damos seguimento à reunião, sobre aquilo que é a reunião de Câmara. -----



----- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.

----- Não sei se querem tecer algum comentário? Não querendo, passamos então à frente.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço e deliberou submetê-la ao conhecimento da Digníssima Assembleia Municipal.

----- PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAIR EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO DE 2026 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de autorização para contrair empréstimo de curto prazo durante o ano de 2026, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.

----- Que passo a apresentar e depois colocarei aqui à discussão, votação sobre esta mesma proposta. Sobre a proposta que trazemos aqui de empréstimo, é um empréstimo de curto prazo no valor de 750.000,00€ e será só para ser utilizado, mas já falarei a seguir à sua redação da proposta, para ser utilizado se necessário e, sobretudo naquilo que é o pressuposto, que hoje nos permitimos fazer, como já foi feito aqui no passado neste mesmo Município, nos permite fazer, graças à situação financeira, uma vez que estamos a levar obras por diante para investimento no nosso Município, tal como outros Municípios fazem, Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, entre outros que fazem um empréstimo apenas de um ano, de um ano, é para ficar pago num ano, no valor de 750.000,00€ para ser usado apenas e só quando necessário e terá como incremento, sobretudo, para dar liquidez à Tesouraria no que aos 15% das candidaturas diz respeito, para podermos trabalhar e nunca colocar em causa a



Tesouraria do Município. O mesmo terá de ser pago até ao final do ano de 2026 e é aquilo que faremos. Também tivemos oportunidade de falar com o Fundo de Apoio Municipal sobre este mesmo empréstimo, para levar por diante e parabenizaram até esta medida para levarmos adiante, porque é, de facto, uma medida responsável e que faz com que toda a Tesouraria do Município esteja estável e que seja só utilizado o montante financeiro quando for necessário. Porquê? Porque quando temos de colocar, ou as contra faturas, ou o reembolso, temos o dinheiro já disponível, colocamos e o dinheiro volta novamente, como bem sabe, volta novamente para o Município e colocamos neste empréstimo. Chegamos ao final do ano e abatemos o empréstimo por completo e, no ano seguinte veremos se há necessidade ou não, mediante o volume de obras que teremos a cargo para levar por diante.

----- Salientar aqui só dois aspectos na proposta, “Nos termos do artigo n.º 50 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados. Os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano.” Dar aqui mais uma nota, “melhor balizados quanto à sua função - gestão de tesouraria - e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando, sempre, a necessidade, desde logo, por força de lei, de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar.” Por isso, aquilo que nós vimos aqui expor, “Assim face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º daquele Regime Jurídico, cito, autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2026, um empréstimo de curto prazo, repito, curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 750.000,00 euros de utilização, em conformidade com as consultas a efetuar à banca se se verificar necessário.” Nós só iremos utilizar o empréstimo, quero que fique isso bem patente, se for necessário. Se não for necessário, não usamos o empréstimo. Por isso mesmo os juros sobre o empréstimo só serão colocados quando nós retirarmos algum montante. Nós vamos pedir empréstimo de 750.000,00€ e colocamos logo



750.000,00€ na conta do Município, não, não faremos isso. Por isso, sobre as explicações deste empréstimo estão aqui mencionadas e passo a palavra aos Srs. Vereadores se quiserem tecer algum comentário, como é óbvio? --

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Relativamente à recorrência de empréstimo, isto sendo um empréstimo de conta corrente, mas falando especificamente no diploma que aqui veio, cumpre-me informar que, salvo melhor interpretação, que se encontra aqui violado o n.º 5, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013. O que é que isto diz? Diz que, a ida para a Assembleia, é necessário entregar certos e determinados documentos e, nomeadamente, estamos a falar da demonstração de consulta, da informação de condições e do mapa da capacidade de endividamento do Município. Antes de ir à Assembleia, terá que passar, efetivamente, pelo crivo da Câmara Municipal. E a Câmara Municipal, julgo que não é chegar aqui, dar uma carta branca ao Executivo de que pode fazer o empréstimo e depois faz aquilo que entender, se quer faz, se não quer não faz. Pede autorização e, pelo menos é isto que eu interpreto. Contudo, também não vou dizer que fiquei um bocadinho perplexo com este pedido de empréstimo, uma vez que já não é pedido há muitos anos no nosso Município, mas também porquê? Desde que eu entrei vejo saldos de Tesouraria que andam à volta dos 800.000,00€, é público e é apregoado pelo Sr. Presidente que o prazo de pagamento a fornecedores anda nos 36 dias, 40, agora não sei precisar também, e que a Câmara tem efetivamente uma situação financeira sólida, robusta e controlada. Tendo em conta estes pressupostos todos, não entendo o porquê de ser necessário este empréstimo de curto prazo, contudo aceito que o queiram pedir, ou melhor, entendo que o queiram pedir. É aquilo que eu tenho a dizer sobre esta situação, este ponto. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem e está no seu direito de o dizer. Ficou perplexo com este empréstimo e, eu fiquei perplexo, foi com o empréstimo que foi contraído no passado para pagar à AMDS 600.000,00€ e depois ficar lá quase 1.200.000,00€ para pagar, isso é que eu fiquei perplexo na altura. Sobre este empréstimo, não deve ficar perplexo. Aliás, nós próprios explicámos



anteriormente, e está em vídeo, sobre qual é que era a função deste empréstimo, apenas e só, e ainda bem que temos uma Tesouraria hoje e que vê as dotações orçamentais. Olhe, eu quando cheguei cá, andava nos 80, 100.000,00€, agora vê com 800.000,00€, nota bem a evolução financeira que houve a nível financeiro nesta Casa com a nossa gestão. E eu expliquei, mas torno a explicar com toda a calma, sobre para o que é que se destinava este empréstimo. Face ao volume de obras que iremos ter no próximo ano, e que estão aí todas cofinanciadas, como teve oportunidade já de verificar e já foi aqui explicado pela Contabilidade, se houver necessidade de recorrer aos 15% por causa das contra faturas e dos reembolsos para levar a bom porto e não ficar a Tesouraria congestionada, uma vez que está a ser feito este trabalho equilibrado de manter os saldos nessa ordem, recorremos ao empréstimo, poderemos requerer ao empréstimo para fazer face a isso. E depois sim, amortizar quando recebermos das entidades competentes, voltamos a colocar nessa mesma conta, chegando ao final do ano e saldando esse empréstimo. E é um empréstimo apenas e só de um ano. Esta prática que já era realizada nesta Casa, nos tempos anteriores a Maria do Céu Quintas, foi feito também pelo Presidente José Santos, foi feito também anteriormente pelo Prof. Edgar e faziam, e bem, na altura penso que eram 500.000,00€ que faziam sempre. Não era com este objetivo, grande parte, era para terem em Tesouraria. Nós o que estamos aqui a fazer é apenas e só para obras cofinanciadas, os 15%, para não acontecer aquilo que aconteceu no passado, ficarmos com a Tesouraria completamente congestionada e haver este constrangimento. Nem eu quero que torne a acontecer aquilo que aconteceu quando tomámos posse, em 13 de outubro de 2021, que tivemos de alterar as rubricas para os vencimentos dos funcionários e algo que nós temos aqui sempre é salvaguardar tudo aquilo que é a gestão financeira do Município. Sobre os empréstimos, aquilo que é obrigatório é trazer à reunião de Câmara, trazer à Assembleia Municipal, dar autorização e depois sim consultar a banca. E o Município até pode escolher o banco que quiser e que faça melhores condições para levar a bom porto, mas já vi que a Dra. Andreia quer falar. Força Doutora, esteja à vontade.

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Aqui foi o Coordenador, o que nós trazemos nesta proposta é para o ano de 2026 à Assembleia, já que é uma competência da Assembleia



autorizar e tem de vir a referida proposta na reunião do Orçamento. Estamos a pedir à Assembleia que permita à Câmara Municipal a contração deste empréstimo a curto prazo, que depois há-de vir posteriormente a consulta com a devida proposta, se for o entendimento de ser a necessidade de contrair o empréstimo.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Doutora. Aliás, para ficar ainda mais clarificado, e agradeço a sua explicação. Vem agora aqui para ser autorizado para a Assembleia Municipal para contrarmos empréstimo. É autorizado para a Assembleia Municipal, penso que irá passar com naturalidade. Quando tivermos essa autorização, consultamos a banca, trazemos aqui à reunião de Câmara para ser aprovado esse mesmo empréstimo e é contraído. Já não necessitará outra vez de ir à Assembleia Municipal porque já foi dada a autorização, é isso que estamos aqui a fazer. Aliás, é precisamente, e aqui dar também uma palavra de apreço ao meu colega José Meneses, Presidente de Torre de Moncorvo, que faz exatamente isto também em Torre de Moncorvo, leva lá à reunião de Câmara, levará à Assembleia e depois fará ao longo do ano, e é uma boa gestão, fazer essa prática. Tal como Alfândega da Fé fez precisamente no ano anterior, a Régua, entre outros Municípios e é uma prática comum. Nós estamos aqui a dizer, o nosso objetivo, neste caso aqui sobre o empréstimo, e os Senhores podem votar contra, abster-se ou a favor, é precisamente para salvaguardarmos a Tesouraria do Município, para levar a bom porto e só ser usado se necessário, que é aquilo que está aqui estritamente dito na proposta, para ser necessário quando as obras o justifiquem. Sobre o prazo médio de pagamento que o Sr. Vereador referiu. A própria entidade é que determina quais são os prazos médios de pagamento que estão a ser executados, e aquilo que nós temos é que quando começámos em 2021, estava quase um ano, chegámos ao final do mandato em 2025, que é o presente ano, e que já tivemos em 38 dias, e anda nos 38, nos 58 dias e, neste momento, está para aí o quê, Victor? 40? 48 dias, mais ou menos. 38, pronto, está em 38 dias e é aquilo que temos levado a bom porto. Aliás, nós neste momento estamos a pagar entre 30 a 60 dias a todos. Temos uma especial preocupação sobre aquilo que é a parte financeira de todo o nosso Concelho e também exterior ao Concelho. Que é para quê? Para injetarmos sempre dinheiro na economia local e cumprimos com o propósito com os nossos fornecedores.



Bem sabemos que quando entrámos tínhamos uma dívida de curto prazo, supostamente de 2.6 milhões de euros de curto prazo e afinal era 5.6, isso já passou e estamos a andar por diante. E, neste momento, estão nos 38 dias e é aquilo que estamos a cumprir. E sim, a saúde financeira do Município está estável. Se me pergunta, se era aquela que desejava? Não. Desejava ter ainda mais para podermos ir mais além e não necessitar, olhe, por exemplo, estarmos aqui a fazer este empréstimo para levarmos por diante. Agora, não iremos desperdiçar a oportunidade, isso não iremos desperdiçar, de fazermos investimento no nosso Concelho, de dar mais condições às pessoas do nosso Concelho, colocar mais obras no nosso Concelho para usufruto da nossa população. E onde a nossa participação é de 15%. Hoje falou nos fogos, já bastou no passado, um bulldozer que foi para Mogadouro e não veio para cá, porque não houve 15% para financiar aquilo que faltava e nós queremos evitar isso. Nós estamos aqui com obras em curso, aquilo que faremos é, para os 15% sempre que for necessário, recorremos ao empréstimo que vai vir, será autorizado, se assim o entendermos, entre os cinco e depois entre a Assembleia Municipal, a digníssima Assembleia Municipal. Traremos aqui para mostrarmos qual é a melhor proposta da banca, será aprovado ou não e depois sim colocaremos em exercício. Posto isso, iremos só utilizar o mesmo, quando for necessário, mediante aquilo que vier das obras para termos sempre esse saldo de Tesouraria e não colocar em risco a Tesouraria do Município. É apenas e só as explicações, só as explicações que já foram dadas, quer pelo Executivo e quer pela Chefe de Divisão, e bem. Não sei se querem tecer mais algum comentário? Força.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Relativamente às candidaturas, é uma opção, vocês é que são o Executivo, vocês é que sabem. As candidaturas, nós sabemos que 80%, ou cerca de 90% são todas contra fatura, são sempre contra fatura, e assim nisso está a trabalhar muito bem, a fazer análises dos projetos, está a devolver o dinheiro atempadamente para efetuar os 85% do valor das faturas depois da submissão. A outra parte, os 15%, será o Executivo que terá que decidir. Depois, não entendi, foi porque é que o Sr. Presidente falou aqui da alteração, a associação do empréstimo a uma rubrica orçamental que tem a ver com o pessoal. A mim recorda-me, na altura, essa alteração teve de ser feita, como teve de ser feita hoje também o reforço da



[Handwritten signature]

rubrica dos pagamentos a pessoal e não foi por isso que se pôs em causa o pagamento dos vencimentos dos funcionários, por isso não estou a entender. Uma coisa é a parte orçamental e o orçamento tem as rubricas que podem ser esgotadas ou não e quando se esgotam é necessário reforçá-las. Outra coisa é a parte de Tesouraria e, sim senhor, aqui este empréstimo está relacionado com a Tesouraria, não está relacionado com a parte orçamental da execução, ou da necessidade de reforçar o orçamento para pagamento de dívida. Não percebi esta associação e o que é que quis dizer com esta associação e entre uma alteração orçamental de pagamento de vencimentos dos funcionários e também, a questão da contração do empréstimo. Mal seria, se quando entrou em 2021, em outubro de 2021, se para além do que ficou, que você também irá deixar ficar, a nível de dívida, com certeza, se também não deixassem um empréstimo de curto prazo de 700.000,00€ ou 750.000,00€ para pagar e não deixassem dinheiro em Tesouraria. Aquilo que me recorda, é que na Tesouraria ficou lá, efetivamente, dinheiro para pagar os subsídios e os vencimentos dos funcionários, nessa altura e isto está espelhado nos documentos que vieram às reuniões de Câmara.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Já está Sr. Vereador? Muito bem. Dar aqui três notas, que é para também o clarificar. Porque é que é esta associação? Porque se fôssemos irresponsáveis, como foram no passado, iríamos colocar em causa os vencimentos dos nossos funcionários. Aquilo que nós estamos a fazer, é salvaguardar a Tesouraria toda do Município. Há uma diferença entre o passado e o presente, este foi feito mesmo e tem-se trabalhado com a Chefe de Divisão de Freixo de Espada à Cinta, e não com uma Chefe de Divisão de Chaves que estava na altura a dar assessoria aqui a Freixo de Espada à Cinta, apesar de haver uma Chefe de Divisão e a Contabilidade a trabalhar. Mas foi feito mesmo pela nossa Chefe de Divisão, com o Coordenador e com toda a equipa da Contabilidade e isso, parabenizar os mesmos, porque têm trabalhado afincadamente para levar a bom porto tudo aquilo que é o necessário. E sobre a questão que elencou, nós teremos sempre o cuidado de sempre, mas sempre, salvaguardar aquilo que são os princípios fundamentais, estabilidade na nossa Autarquia e é isso que iremos sempre fazer. Mais ainda, sobre as candidaturas da CIM e sobre a questão que enunciou aí das contra faturas, para ficar clarificado, o Sr. Vereador não



quer falar, por vezes, de alguns temas, mas temos que inherentemente falar, e sobre candidaturas vamos falar então, sobre como é que funciona com a CIM, como é o contrarreembolso e as contra faturas e tudo o que é necessário. E tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Pedro Vicente, para clarificar e também para explicar como é que nós estamos, nós, Freixo de Espada à Cinta, a proceder e o que está a ser levado em conta. Força Sr. Vice-Presidente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Bom dia a todos. Relativamente às candidaturas, se é tudo assumido como contra fatura. Isso não funciona assim, investimentos até 200 mil euros é por taxa de execução, não tem nada a ver com contra fatura, com os investimentos acima de 200 mil euros, aí sim, podem ser submetidas como contra fatura, como reembolso, de qualquer forma, a CIM tem um papel importante na análise, mas depois a CCDR é que valida e a partir daí é que vão para as autoridades, para a Agência de desenvolvimento para pagamento. De qualquer forma, em obras acima dos 200 mil euros, muitas vezes os contra faturas podem demorar, a gente submete, mas podem demorar 30 dias, 40 dias, 60 dias, é assim, o objetivo aqui é manter os pagamentos com os empreiteiros, um auto de 20.000,00€ é pouco para um empreiteiro, mas se for um auto de cento e tal, já é uma pancada muito grande no empreiteiro e o objetivo disso é ter ali aquele valor disponível para mantermos sempre os pagamentos com os empreiteiros em dia. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sr. Vice-Presidente. Da nossa parte está explicado, passava agora, não sei se quer intervir mais alguma vez? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sim. Relativamente a essa situação dos financiamentos, efetivamente, isso deve estar previsto em cada um dos avisos e depois é adaptar, como é óbvio, a Tesouraria àquilo que diz o aviso. Mas sabe perfeitamente que na altura da adjudicação, no auto de consignação da



W
obra, também sendo este submetido, o Município tem logo direito a uma verba. A gestão é vossa, vocês é que são os responsáveis pela gestão, vocês é que sabem como é que querem gerir as contas. Volto a dizer, uma coisa irresponsável seria na altura em que o Sr. Presidente tomou posse em 2021, era se tivesse chegado cá e não tivesse liquidez, ou seja, dinheiro em Tesouraria para pagar vencimentos, isso é que seria irresponsável, coisa que não se passou. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Para terminar, não sei se queres tecer algum comentário?

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Não, já está. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Sobre aquilo que acaba de referir, irresponsabilidade foi e será quando se não disse e omitiu-se grande parte daquilo que havia por pagar e que nós tivemos depois que resolver, mas isso será certamente, já foi objeto de discussão, já falámos sobre isso, poderemos vir a falar no futuro e até com dados concretos no que à água diz respeito e falaremos sobre isso mais por diante, mas estamos aqui para, sobretudo, zelar pelos interesses do Município e é isso que iremos fazer, tal como bem disse, nós é que temos a responsabilidade, é aquilo que faremos. Mas há algo que nos difere do passado, nós ouvimos todos aqueles que estão a trabalhar connosco e fazemos sempre a nossa decisão tomada e baseada naquilo que os serviços nos transmitem, a última palavra é sempre nossa e é da nossa responsabilidade. Não colocamos em cima dos serviços essa responsabilidade, aquilo que os serviços fazem e bem, tal como fez a Contabilidade foi dar todo o conhecimento como aqui veio esta proposta. Posto isto, colocado à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente



Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e dois votos contra dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º daquele Regime Jurídico, autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2026, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 750.000,00€ de utilização (setecentos e cinquenta mil euros), em conformidade com as consultas a efetuar à banca se se verificar necessário.

----- **REGULAMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:**

Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta sobre o Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau, o qual estabelece o Regime dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º grau do Município de Freixo de Espada à Cinta (Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau da Unidade Orgânica Florestal, Ambiente, Agricultura e Veterinário), no que concerne às suas competências, área, requisitos de recrutamento e respectiva remuneração, na medida em que é intenção o Provimento desse Cargo, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Passo a ler, em sentido restrito, o principal do ponto. “A Proposta de Regulamento em anexo, o qual estabelece o Regime dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau do Município de Freixo de Espada à Cinta (Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau da Unidade Orgânica Florestal, Ambiente, Agricultura e Veterinário), no que concerne às suas competências, área, requisitos de recrutamento e respectiva remuneração, na medida em que é intenção o Provimento desse Cargo.” Salientar aqui mais dois pontos desta proposta, que também já tiveram oportunidade de analisar. “Cargos de direção intermédia de 3.º grau. Aos cargos de direção intermédia de 3.º grau correspondem as funções de direção, gestão, coordenação e controlo de unidades orgânicas flexíveis, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada”. E passamos aqui ao



artigo 5.º, Estatuto Remuneratório. A remuneração dos dirigentes intermédios de 3.º grau é a correspondente à 5.ª posição remuneratória da carreira geral de Técnico Superior, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação.” Trata-se de criarmos aqui um novo posto, um Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau para a Unidade Orgânica Florestal, Ambiente, Agricultura e Veterinária, de forma a ficar também esta unidade orgânica com a importância que a mesma merece. Não sei se querem tecer algum comentário sobre a mesma? Muito bem, colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar a proposta em apreço mais ainda, deliberando submeter à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ASSEMBLEIA DE DEZEMBRO DE 2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço e deliberou submetê-la ao conhecimento da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- INFORMAÇÃO RELATIVA AO ALERTA PRECOCE DE DESVIOS DO MUNICÍPIO À DATA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025, N.º 1 DO ARTIGO 56º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço e deliberou submetê-la ao conhecimento da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Foi presente uma proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia



Municipal, e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa o livro de atas.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- É aquilo que trazemos sempre cá, mas passo só a ler estes dois pontos. “Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; e a alínea b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.” É aquilo que trazemos todos os anos, não sei se querem tecer algum comentário? Colocava à votação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar a proposta em apreço, e submeter à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal.

----- **DEFINIÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026 – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta de definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a cobrar no exercício económico de 2026 e que será de 0,25%.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Tiveram oportunidade de a verificar, mas tecer só aqui alguns pontos. “Considerando que o percentual deve ser anualmente aprovado até ao final do mês de dezembro do ano anterior a que se destina, de acordo com o preceituado no artigo 106.º do mencionado diploma legal, não podendo ultrapassar os 0,25%. Propõe-se que: nos termos da alínea b), do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, o percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar



----- no Município de Freixo de Espada à Cinta no ano de 2026 seja de 0,25%.”
Não sei se querem tecer algum comentário? Colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a TMDP em 0,25%, e submeter a presente proposta à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- DEFINIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO IRS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026 – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta de definição da participação do IRS a cobrar no exercício económico de 2026 e que será de 5% a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Dar só aqui uma nota. “Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, os municípios têm direito em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial. Nestes termos, sugiro que a Câmara Municipal delibere: Fixar em 5% a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior.” Colocava aqui, questionava se querem tecer algum comentário? -

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Não. Só apenas dizer que, relativamente a isto, tivemos um retrocesso, é pena. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Dar só nota sobre esse retrocesso. No IRS, no ano de 2014 foi 5; 2015 – 5; 2016 – 5; 2017 – 5; 2018 – 5; 2019 – 5; 2020 – 5; e 2021 – 2,5; 2022 – 2,5; 2023 – 2,5; 2024 – 5; 2025 – 5 e aquilo que vamos



propor aqui é 5. Ou seja, fazemos aquilo que é, neste caso aqui, quando houver condições para diminuirmos e assim o permita, lá faremos também isso, certamente. Colocava aqui à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e dois votos contra dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado fixar em 5% a participação no IRS, e submeter a presente proposta à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- **DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026 – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta de definição da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no exercício económico de 2026 que será relativa aos prédios rústicos de 0,8% e aos prédios urbanos de 0,3% a 0,45% (apenas esta é definida pela Assembleia). -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Passar aqui à sua redação. “Considerando que, na sequência da publicação da Lei de Orçamento de Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), através do seu artigo 161.º, veio a ser promovida uma alteração, designadamente na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, traduzida na determinação das taxas respetivas, a saber: Prédios Rústicos: 0,8%; Prédios Urbanos: 0,3% a 0,45%; (Apenas esta é definida pela Assembleia). Considerando que, no ano anterior a taxa de IMI foi de 0,3%, ou seja, a mínima, entendo que este ano a taxa deve manter-se no mesmo valor. Assim, e em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo, a aprovação da seguinte proposta: Que se delibere fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis em: 0,3% para prédios urbanos.” Não sei se querem tecer algum comentário? Colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a taxa de IMI em 0,3% para os prédios urbanos, e submeter a



presente proposta à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- DEFINIÇÃO DA DERRAMA A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026 – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:

Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta de definição da Derrama a cobrar no exercício económico de 2026 e que será pela taxa máxima de 1,5%, ao abrigo do n.º 1, do art.º 18º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- “De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18 da referida lei, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto.” Nesse sentido, pela taxa nós queremos propor, para fixar em 1,5%, ou seja, na taxa máxima. Não sei se querem tecer algum comentário? Muito bem, colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar o lançamento de Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) de 1,5%, e submeter a presente proposta à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- PROPOSTA – FUNDAÇÃO MARIA ISABEL GUERRA JUNQUEIRO E LUÍS PINTO DE MESQUITA CARVALHO – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho – Designação de Representante do Município de Freixo de Espada à Cinta, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Já tiveram acesso a toda a informação. Quem nós tínhamos nomeado anteriormente, por motivos pessoais, não pôde assumir esse mesmo cargo. Quem nós, em conjunto com os mesmos, propomos para que seja levado a cabo o representante é, de facto, a Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Ana Luísa Peleira, uma vez que, ao longo do último mandato, trabalhámos muito e muito sobre o ponto de Guerra Junqueiro e é mais do que merecido esta mesma designação para fazer parte desta mesma Fundação, representando o Município de Freixo de Espada à Cinta, no que à designação do seu representante do Município diz respeito. Não sei se querem tecer algum comentário? Força. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Sim. É só a questão da carta enviada pelo Sr. Francisco Maria Sarmento Cavaleiro de Ferreira, se não chegou à Câmara? Visto que, dia 28 de fevereiro de 2020 foi dirigida à Câmara, mas com conhecimento à Fundação. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Dar aqui nota na proposta que está, já terminou? Só dar-lhe aí nota, na proposta que têm, Sra. Vereadora, diz aí, “Devido a um lapso de expediente administrativo, não foi oportunamente transmitida a esta Câmara Municipal a carta que dava conhecimento da impossibilidade de aceitação da designação do representante do Município como vogal do Conselho Fiscal da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueira e Luís Pinto de Mesquita Carvalho. Assim”, e depois aí já estou a propor o nome da Presidente da Assembleia. Não nos chegou atempadamente, foi um erro e eles próprios assumem isso na própria carta. Correto Doutora? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. -----



----- Sim. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Não é essa a questão. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Senão já tínhamos trazido cá. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Pois, está em fevereiro e a carta foi remetida ao Presidente da Câmara, é só essa a questão. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO.** -----

----- Sim, mas a carta que deu... -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Força Sra. Chefe de Divisão. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO.** -----

----- ... Base para a referida proposta, ele refere, a pessoa em causa, refere que não remeteu a carta ao Município atempadamente. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Mas isto foi dado? Está lá? A informação está aqui. A pessoa em causa veio assumir agora, muito bem. Posto isto, colocava à votação. -----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar a proposta em apreço.

----- **PROPOSTA – REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA PARA O CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GUERRA JUNQUEIRO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta dos Representantes do Município de Freixo de Espada à Cinta para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.**

----- Está aí a proposta e quem nós vimos propor será a Vereadora Dra. Marisa João Palma Ferreira Madeira, que tem o pelouro também da educação juntamente comigo, e a Chefe de Divisão da Educação, Ação Social e Turismo, a Dra. Aldina Maria Teixeira Massa. Não sei se querem tecer algum comentário? Colocava à votação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar a proposta em apreço.

----- **EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL (TER) – CASA DE ALPAJARES – AUDITORIA DE REVISÃO / MANUTENÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Foi presente a informação nº 558 datada de 2025/11/20 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a informar que, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 38º, a classificação dos Empreendimentos Turísticos deve ser oficiosamente revista de cinco em cinco anos e precedida de uma Auditoria efetuada pela Câmara



Municipal, conforme determina o n.º 3 do mesmo artigo, sendo que deve ser dado conhecimento ao Turismo de Portugal, IP., do resultado dessa Auditoria. Face ao exposto, sendo este um ato da competência da Excelentíssima Câmara Municipal propõem-se que a mesma determine a realização da respetiva auditoria para o próximo dia 11 de dezembro de 2025 e, a qual se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar arquivado na pasta anexa ao livro de atas.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Está aí a informação e está também a informação levada em conta e é para votação, correto? Sim. Neste caso, querem tecer algum comentário? Muito bem, colocava à votação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a informação em apreço.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Antes de passar à aprovação da ata em minuta, coloco a questão ao Sr. Victor, se existe alguma inscrição do público para falar?

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Eu quero, quero falar pelo público, por favor.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Pronto, muito bem, mas pode falar como Vereador.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Não quero falar como público.



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Mas vai ausentar-se de ser Vereador e vai para o público? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO
MORGADO. -----

----- Sim. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Mas não vai participar na votação final da aprovação da ata em minuta? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO
MORGADO. -----

----- Sim vou, vou participar, mas quero fazer uma intervenção como fazendo parte integrante do público. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Deixe-me só explicar-lhe isto, Sr. Vereador, que é para não haver aqui depois nenhum constrangimento no futuro. Eu próprio no passado, numa Assembleia Municipal, quando não me era dada a palavra que foi boicotada e colocada à votação, levantei-me e fui para o público, mas mantive-me sempre no público, não participei mais enquanto Vereador na reunião que estava em curso. O que eu lhe estou agora a alertar, é que se vai para o público, já não vai participar como Vereador novamente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO
MORGADO. -----

----- Porquê? -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Há um entendimento que, volta vai para o público, salta e volta para Vereador. Esta situação é inusitada, não faz sentido. Aquilo então que faremos é pôr a aprovação da ata em minuta, para ser aprovada. Existe alguém que se inscreveu no público? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR ASSISTENTE TÉCNICO DO MUNICÍPIO VICTOR RENTES. -----

----- Não houve ninguém. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Pronto. O Sr. Vereador quer falar ainda antes da aprovação da ata em minuta, correto? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sim. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Então força, tem a palavra. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Muito bem. Isto só estou a fazer porquê? Porque, o Sr. Presidente entende que deve primeiro votar e depois faz-se a declaração de voto e há uma coisa que depois as coisas não ficam bem clarificadas relativamente aos votos. Ainda sobre o Orçamento de 2026, o Sr. Presidente mencionou aí várias taxas de execução e nomeadamente taxas de execução bastante baixas e falamos especificamente do Orçamento de 2020 e 2021 com taxas de execução de cerca de 50% a 60%. Para que fique claro lá fora, e por isso



mesmo prefiro dizê-lo aqui, o responsável, ou os responsáveis por esses Orçamentos não foi o Executivo da altura, foi precisamente quem estava na Oposição, que não aprovou os Orçamentos em causa e o Executivo teve que governar com o orçamento de 2019, julgo eu que foi esse o último aprovado. Por isso, quando tenta imputar aqui alguma responsabilidade relativamente à execução orçamental de 2020 e 2021, eu acho que é necessário clarificar que esses Orçamentos, é o Orçamento de 2019 que imperou nesses dois anos económicos. E 2019, porquê? Porque quem estava, na altura, na Oposição não aprovou o Orçamento do Executivo. Tinha as suas razões, justificou-se, está debatido e é passado, como diz. ----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Está? Muito bem, dando só aqui uma nota sobre isso, que é para ficarmos todos clarificados. Não foi 2019, ou 2020, ou 2021, só um ano é que foi chumbado o Orçamento, que fique clarificado isso. Se a memória não me falha, foi precisamente 2020 que se veio a refletir em 2021, mas foi apenas um ano. De qualquer forma, na altura não foram dadas explicações depois de 6, 7, 8 horas, se bem se recorda, e quem votou contra o Orçamento tem nome, na altura foi o Vereador Nuno Ferreira, a Vereadora Antónia Coxito e o Vereador Rui Portela, pelas razões enunciadas na altura e que votámos. E em último caso, Sr. Vereador, eu quero aqui fazer uma grande diferença, é quem tem a responsabilidade da execução do orçamento, que fique claro, serão sempre os Executivos, como nós temos a responsabilidade do nosso Orçamento, de todos, desde 2021, que ainda são dois meses, até 2025, efetivamente, eu tive o cuidado de referi-los todos. E também dar nota, que fique bem claro, que mesmo anteriormente, se quer falar de taxas de execução, onde não foi chumbado, a execução, olhe, em 2018 foi 54.9%; em 2017 - 59.1%; em 2016 - 67.5%; em 2015 - 69.6%; em 2014 - 63.2%. Da nossa parte, enquanto Executivo, da nossa gestão, foi 58.5% em 2022; 62.6% em 2023; 82.3% em 2024; 85.7% em 2025, que é aquilo que vai acontecer; e para 2026, aquilo que prevemos é 89.7%, que é para ficarmos todos elucidados. Não temos problema nenhum em falar das coisas, bem pelo contrário, e assumimos sempre aquilo que dizemos. Posto isso, aprovação da ata em minuta e verificou que não foi necessário ir para o público para falar, como é óbvio. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Ainda bem. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não, aqui existe democracia e não tiramos a palavra aos Vereadores.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sabe que há bocado, queria referir isto e não me foi permitido. Daí eu pedir para ir para o público. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não Sr. Vereador. Aquilo que foi feito foi uma declaração de voto. --

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Está gravado. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Ainda bem que está gravado. Foi feita uma declaração de voto, quer da vossa parte e quer da nossa. E teve agora oportunidade de o fazer e fez, tão simples quanto isso. Há uma diferença, nós não cortamos a palavra aos Vereadores, nem votamos pelos Vereadores, é totalmente diferente do passado. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Ata nº 24/2025
Reunião de 28/11/2025

Pág. 87

MF
VR

cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua executoriedade imediata. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram onze horas e cinquenta e cinco minutos da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Sílvia Manuel Glória Rente ----- Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

O Presidente da Câmara Municipal

Sílvia Glória

O Assistente Técnico

Sílvia Manuel Glória Rente